



Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 04.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1990

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Cândido Bastos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 41/90

Curitiba, 23 de fevereiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de dação em pagamento, a fim de que o Estado do Paraná aceite como quitação de dívida ativa regularmente inscrita no órgão estadual competente e apurada na Ação de Execução nº 28.700, ajuizada perante a 4.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, o imóvel rural com área e demais características que especifica, situado no Distrito de Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, objeto da Matrícula nº R.5 - 2.444, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colombo.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, pois virá ensejar condições no sentido da quitação de débito para com a Fazenda Estadual, pela via de dação em pagamento, considerada conveniente ao Erário, conforme manifestações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado e, também, porque, segundo informações da SEFA, o valor do débito, devidamente corrigido, é inferior ao da avaliação do imóvel em referência.

Oferecendo mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto, é anexado por cópia, o inteiro teor do Parecer nº 116/90, de 16 de fevereiro de 1990, da Divisão Técnico-Jurídica, da Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Subchefia de Assuntos Técnicos
Divisão Técnico-Jurídica

PROTOCOLO Nº: 249.626-7

ASSUNTO : Dação em Pagamento

INTERESSADO : M. Rosenmann Joalheiros
Ltda e outros

PARECER Nº 116/90 - DIJ

Trata-se de proposta, efetivada por M. Rosenmann Joalheiros Ltda; Pro Vitae Indústria de Produtos Médicos Ltda; J. B. Jóias Brasileiras Exportação e Importação Ltda; Rosenmann Comércio Importação e Exportação de Metais; Gama Indústria e Comércio de Jóias Ltda e José Missionário, de dação em pagamento, de imóvel, para saldar dívida ativa, regularmente inscrita

na repartição administrativa competente e apurada na Ação de Execução nº 28.700, que tramita na 4.ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca.

A Procuradoria Geral do Estado examinou a proposta apresentada pelos devedores e, juntando minuta de Escritura Pública de Dação em Pagamento, opina pela atualização dos valores dos débitos e pelo encaminhamento de pedido de autorização à Assembléia Legislativa do Estado.

Em 30 de janeiro de 1990, o Procurador Geral do Estado, em despacho de fls., determina, além da atualização do débito pela Secretaria de Estado da Fazenda, a obtenção da aquiescência do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, bem como da Assembléia Legislativa.

Dessa forma, a Secretaria de Estado da Fazenda arrolou as empresas devedoras e seus respectivos débitos que, pelo valor da BTN de janeiro de 1990, correspondem a um total de NCz\$ 897.561,64.

Ressalte-se que o representante dos devedores em expediente de fls. 55, datado de 20 de junho de 1989, como uma maneira de agilizar o procedimento e sua últimação, oferece como dação em pagamento dos débitos fiscais apurados, a totalidade da área de terreno cuja documentação e respectiva planta instruem o processo, e não apenas uma parte, como inicialmente foi proposto.

Em princípio, cabe-nos lembrar, que o credor deve ser pago com o objeto da dívida, configurando-se assim, a identidade entre a coisa devida e a paga.

Washington de Barros Monteiro, apreciando a matéria, em Curso de Direito Civil, 1.ª Parte, pág. 298, define dação em pagamento, de modo bastante claro:

"A dação em pagamento é um acordo convencionalizado entre o credor e o devedor, por via do qual aquiesce o primeiro em receber do segundo, para desobrigá-lo de uma dívida, objeto diferente do que constituía a obrigação."

Configura-se pois, uma forma indireta de pagamento.

O artigo 27 da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, estabelece a forma de extinção do crédito tributário. Mais adiante, o artigo 29, prevê a adoção do regime especial, isto é, consoante o Parágrafo Único desse artigo 29:

"qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção de crédito tributário ou de escrituração fiscal."

Dispõe, ainda, o artigo 30, inciso I, da citada Lei nº 6.364/72, que os regimes especiais serão, também, concedidos:

"I - através de celebração de acordo, cujo termo será lavrado no Departamento de Rendas Internas, como resultado de decisão favorável exarada em peti-

ção escrita dirigida ao Secretário de Estado da Fazenda, nos casos de situação peculiar isolada."

Destarte, o representante legal das firmas devedoras propõe imóvel, avaliado em NCz\$ 957.382,04 (BTN - Janeiro/90), a título de dação em pagamento, como forma de satisfação do crédito tributário apurado.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece no artigo 53, inciso XIV:

"Art. 53 - Cabe a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

.....

XIV - aquisição onerosa..."

Diante do exposto, tendo em vista o interesse das partes em quitar o débito apurado, entendemos que o presente deva ser apreciado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, se assim julgar, poderá determinar o envio de mensagem à Assembléia Legislativa, nos termos do dispositivo constitucional mencionado, para atendimento do proposto.

DIJ, em 16 de fevereiro de 1990.

(a) ARAHY CASAGRANDE SARRÃO

Assessora Técnica

1) Aprovo o Parecer nº 116/90 - DTJ.

2) Em condições de seguir ao Senhor Chefe da Casa Civil para inclusão do processo na Pasta de Despachos.

SAT, em 19 de fevereiro de 1990.

(a) SUZANA LAU

Subchefe da Casa Civil

para Assuntos Técnicos

Confere com o original

DTL-SAT-CC

Em 22/02/90

(a) ELENI

PROJETO DE LEI Nº 109/90

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, firmar escritura pública de dação em pagamento, aceitando, como quitação de dívida ativa regularmente inscrita e apurada na Ação de Execução nº 28.700, perante a 4.ª Vara Pública da Comarca de Curitiba, o imóvel rural constituído pelo terreno com benfeitorias (três casas antigas em madeira), com área de doze alqueires, terreno esse que, conforme levantamento topográfico realizado, constatou-se possuir área exata de 238.549,40 m², situado no lugar denominado Água Clara e Puava, no Distrito de Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, objeto da Matrícula R.5 - 2.444, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca

de Colombo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 42/90

Curitiba, 01 de março de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que suplementa a Programação a Cargo do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, a importância de NCz\$ 48.500.000,00 (quarenta e oito milhões e quinhentos mil cruzados novos).

Informo que a presente mensagem visa atender reformas na Penitenciária Central do Estado.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida suplementação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de Poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de um crédito suplementar no valor de NCz\$ 48.500.000,00 (quarenta e oito milhões e quinhentos mil cruzados novos), na Programação a Cargo do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, conforme dotação:

- 2102.03070251.010 - Execução Centralizada de Reparos e Obras - DECOM
- 3211.03 - Transferência a Entidades Estaduais para Outras Despesas Correntes - fonte NCz\$ 48.500.000,00.

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, importância decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica autorizada a suplementação do orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989 conforme dotação:

- 5500.03070251.002 - Execução centralizada de Reparos e Obras - DECOM
- 3132.00 - Outros Serviços e Encargos - fonte 00 NCz\$ 48.500.000,00.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustamentos

necessários nos demonstrativos da receita e despesa, bem como nos quadros de detalhamento de despesas do orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM.

Art. 4º - A alteração a que se refere o artigo 3º, modifica a composição das dotações centralizadas no Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, a fim de atender reformas na Penitenciária Central do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 43/90

Curitiba, 01 de março de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta o valor de NCz\$ 43.415.475,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzados novos), sendo o valor de NCz\$ 10.801.105,00 (dez milhões, oitocentos e um mil, cento e cinco cruzados novos) para a Chefia do Poder Executivo, o valor de NCz\$ 8.410.400,00 (oito milhões, quatrocentos e dez mil e quatrocentos cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Administração, o valor de NCz\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzados novos), para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o valor de NCz\$ 15.165.000,00 (quinze milhões, cento e sessenta e cinco mil cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o valor de NCz\$ 3.538.970,00 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

O referido crédito será utilizado para atender despesas de manutenção e de exercícios anteriores de várias unidades e despesas com subvenções sociais e Programa Nosso.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de Poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar o valor de NCz\$ 43.415.475,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzados novos), sendo NCz\$ 10.801.105,00 (dez milhões, oitocentos e um mil, cento e cinco cruzados novos) para a Chefia do Poder Executivo, NCz\$ 8.410.400,00 (oito milhões, quatrocentos e dez mil e quatrocentos cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Administração, NCz\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzados novos), para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, NCz\$ 15.165.000,00 (quinze milhões, cento e sessenta e cinco mil cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, NCz\$ 3.538.970,00 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social na fonte 00, conforme dotação abaixo:

- 0903.03070212.218 - Diretoria Geral - Casa Civil

3120.00 - Material de Consumo NCz\$ 600.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos NCz\$ 5.000.000,00

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 92.000,00

- 0905.03070202.220 - Assessoramento Militar ao Governador

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 109.105,00

- 0905.03875252.221 - Manutenção do Serviço de Transporte Aéreo

3132.00 - Outros Serviços e Encargos NCz\$ 5.000.000,00

- 2101.03070202.001 - Administração do Gabinete do Secretário - SEAD

3231.00 - Subvenções Sociais a Instituições Privadas NCz\$ 8.410.400,00

- 2703.04070212.248 - Manutenção da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB

3120.00 - Material de Consumo NCz\$ 5.000.000,00

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 500.000,00

- 4104.06301742.035 - Coordenação e Execução do Policiamento Civil

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 4.000.000,00

- 4107.06301792.038 - Perícias e Pesquisas Criminalísticas

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 15.000,00

- 4108.06302172.039 - Treinamento do Pessoal da Polícia Civil

3192.00 - Despesas de Exercícios Anteriores NCz\$ 150.000,00

- 4303.14814872.138 - Coordenação das Ações de Desenvolvimento do Trabalho

3132.00 - Outros Serviços e Encargos NCz\$ 3.538.970,00.

Art. 2º - Servirá como fonte para co-

bertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27 dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 44/90

Curitiba, 1º.03.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que acrescenta ao Orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL a importância de NCz\$ 78.133.140,00 (setenta e oito milhões, cento e trinta e três mil, cento e quarenta cruzados novos) para o Programa de Desenvolvimento Integrado do Paraná- Paraná Rural/BID e solicita ao mesmo tempo autorização para abertura de créditos suplementares no valor de 598.933.140,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e quarenta cruzados novos) em benefício das Secretarias integradas ao programa, assim que definidas as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID.

Esclareço também, que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado ao orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, um crédito suplementar no valor de NCz\$ 78.133.140,00 (setenta e oito milhões, cento e trinta e três mil, cento e quarenta cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 1701.0740183.111 - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná- Paraná Rural/ BID.

- 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial

- fonte 17 - NCz\$ 78.133.140,00

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral

do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de NCz\$ 598.933.140,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e quarenta cruzados novos), para atender a implementação das ações do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná- Paraná Rural/BID, nas seguintes Secretarias:

Agricultura e do Abastecimento

Educação

Transporte

Saúde.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 13/90

Curitiba, 21.02.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta ao projeto Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Depuração de Esgotos- SANEPAR, da Companhia de Saneamento do Paraná, a importância de NCz\$ 31.876.000,00 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 3102.13764481.056 - Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Depuração de Esgotos - SANEPAR

- 4162.00 - Constituição ou aumento de Capital da Sociedade de Economia Mista - fonte 00 - NCz\$ 15.938.000,00

fonte 20 - NCz\$ 15.938.000,00.

Informo que a presente Mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recur-

sos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existe na Lei n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

PROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 31.876.000,00 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzados novos), no projeto Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Depuração de Esgotos- SANEPAR, conforme dotação abaixo:

- 3102.13764481.056 - Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Depuração de Esgotos - SANEPAR

- 4262.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Sociedades de Economia Mista.

- fonte 00 - NCz\$ 15.938.000,00

- fonte 20 - NCz\$ 15.938.000,00

Art. 2º- Servirá como fonte para a cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º- Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica aprovada a 1ª reformulação da programação orçamentária global da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, constante do anexo VI da Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme anexo.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | |
|--|----------------------|
| RECEITAS | NCz\$ 1,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO | 137.497.476 |
| . ORDINÁRIO | 69.564.813 |
| . VINCULADO | 67.932.663 |
| OUTRAS FONTES | 4.382.986.059 |
| . DIRETAMENTE ARRECADADO | 1.366.722.699 |
| . OPERAÇÃO DE CRÉDITO | 3.016.263.360 |
| . INTERNA | 3.016.263.360 |
| . EXTERNA | - |
| . CONVÊNIOS | - |
| . DIVERSAS | - |
| TOTAL | 4.520.483.535 |

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE | | DESPESAS | | | | | | | | |
|--|----------------|-----------------------|---------------------------|------------------------|------------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|---------------|
| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | | | | | | | |
| ENUNCIADO PROGRAMÁTICO | | FONTE | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | OUTRAS DESP. CORRENTES | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | O. DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL GERAL |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL Oferecer condições de operacionalidade técnica, administrativa e financeira a Empresa para a execução das obras de abastecimento de água e sistemas de esgotos sanitários. Saldar a longo prazo os compromissos assumidos com o Sistema Financeiro de Saneamento - SFS dentro dos prazos vigentes nos contratos de financiamento. | | OF | 507.147.600 | | 575.102.700 | 24.400.782 | | 78.154.233 | 181.917.384 | 1.366.722.699 |
| MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MINI-COMUNIDADES - PRORURAL Manter as obras de abastecimento de água implantadas em pequenas localidades urbanas e rurais, visando dar continuidade ao programa de saneamento básico da SANEPAR. | | T | | | 1.632.150 | | | | | 1.632.150 |
| OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS Implantar, realizar melhorias e expandir redes e ligações dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e depuração de esgotos, operados pela SANEPAR em diversos municípios do Estado. A programação prevista para 1990 é a seguinte: | | | | | | | | | | |
| COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CKG | | | | | | | | | | |
| OBRAS EM ANDAMENTO | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | |
| Assis Chateaubriand, Capanema, Cáu Azul, Itaiti, Prudentópolis, Toledo, Campo Largo, Medianeira, Castro, Palmas, Pinhão, Rio Branco do Sul, Ibaté, Londrina - Cambé | 194 5.362 | 1,9 90,0 | 3.235 82.355 10.810 | | | | | | | |
| Metelândia | | | | | | | | | | |
| Nova Londrina | 6 | 0,6 | 12.716 90.368 | | | | | | | |
| São José dos Pinhais | | | | | | | | | | |
| Atômbia, Alto Paraná, Cambaí, Colmar, Guaíra, Jardim Alegre, Loanda, Piraquara, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Guarapuava e outros | | | | | | | | | | |
| | | 177,7 | | | | | | | | |

CONTINUA

T - TESOURO
OF - OUTRAS FONTES

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE | | | | | | | | | | | | |
|--|----------------|-----------------------|-----------------------|-------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-------------|
| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS | | | | | | | | | | | | |
| ENUNCIADO PROGRAMÁTICO | | | | | | | | | | | | |
| COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CMG | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS NOVAS | | | | | | | | | | | | |
| LÓCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | FONTE | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | OUTRAS DESP. CORRENTES | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | O. DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL GERAL |
| Ivaiporã | | 127,9 | | | | | | | | | | |
| São José dos Pinhais - Jardim Isaura, Vila Fant e | | | | | | | | | | | | |
| Guatupê II | | 15,0 | | | | | | | | | | |
| Quatro Barras e outros | | 272,4 | | | | | | | | | | |
| Curitiba | | 116,6 | 1.295.311 | | | | | | | | | |
| Foz do Iguaçu | 4.045 | 75,2 | 28.490 | | | | | | | | | |
| Laranjeiras do Sul | 365 | 24,7 | 1.825 | | | | | | | | | |
| Maringá | 2.941 | 43,9 | 26.740 | | | | | | | | | |
| Matinhos | 7.858 | 137,7 | 48.510 | | | | | | | | | |
| Piraquara | ~135 | 33,3 | 880 | | | | | | | | | |
| Pitanga | 204 | 1,360 | 1.360 | | | | | | | | | |
| Colombo e outros | 15.410 | 77,050 | 77.050 | | | | | | | | | |
| Dois Vizinhos e outros | 16.280 | 81,400 | 81.400 | | | | | | | | | |
| Itait e outros | 21.450 | 107,250 | 107.250 | | | | | | | | | |
| Curitiba e outros | | | | | | | | | | | | |
| Cardópolis e outros | | | | | | | | | | | | |
| Cianorte e outros | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba Região Metropolitana | | | | | | | | | | | | |
| Alto Paraná e outros | | | | | | | | | | | | |
| Campina Grande do Sul e outros | | | | | | | | | | | | |
| Rio Negro e outros | | | | | | | | | | | | |
| Siqueira Campos e outros | | | | | | | | | | | | |
| Ubiratã e outros | | | | | | | | | | | | |
| EXPANSÃO DE LIGAÇÕES | | | | | | | | | | | | |
| Londrina | 5.800 | | 29.000 | | | | | | | | | |
| Londrina/Dois Vizinhos e outros | 16.280 | | 81.400 | | | | | | | | | |
| MELHORIAS DE SISTEMAS | | | | | | | | | | | | |
| Matinhos e outros | | | | | | | | | | | | |
| Campo Mourão | 3.000 | | 15.000 | | | | | | | | | |
| Paissandu | 2.000 | | 10.000 | | | | | | | | | |
| São Tomé | | | | | | | | | | | | |
| Maringá e outros | | | | | | | | | | | | |
| Paranavaí e outros | | | | | | | | | | | | |
| Parafão do Norte | | | | | | | | | | | | |
| Atiônia, Alto Piquiri e Cedro | | | | | | | | | | | | |
| Cruzello do Oeste, Francisco Alves | | | | | | | | | | | | |
| Itaraima, Iporã, Maria Helena, Nova | | | | | | | | | | | | |
| Olimpia | | | | | | | | | | | | |
| Unuarama, Santa Elisa, Santa Rita do Oeste, São | | | | | | | | | | | | |
| João, Serra dos Dourados | | | | | | | | | | | | |
| Unuarama, Vila Alta, Xambê | | | | | | | | | | | | |
| Vera Cruz do Oeste e outros | | | | | | | | | | | | |
| Cascavel e outros | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba e outros | | | | | | | | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS | | | | | | | | | | | | |
| Maringá | | | | | | | | | | | | |
| Engenheiro Beltrão | | | | | | | | | | | | |
| Astorga | | | | | | | | | | | | |
| Matlandia | | | | | | | | | | | | |
| Matu | | | | | | | | | | | | |
| Bom Esperança | | | | | | | | | | | | |
| Douradina | | | | | | | | | | | | |
| Guafra e outros | | | | | | | | | | | | |
| Curitiba | | | | | | | | | | | | |

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

DADOS INFORMATIVOS

| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------|
| COMUNIDADES DE PEQUENO PORTE - CPP | | | | DADOS INFORMATIVOS | | | | | | | | |
| OBRAS EM ANDAMENTO | | | | DADOS INFORMATIVOS | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | FONTE | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | OUTRAS DESP. CORRENTES | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | O. DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL GERAL |
| Santa Maria (Alto Paraná) | 100 | 4,6 | 500 | | | | | | | | | |
| Corcadinho (Campo Largo) | | | | | | | | | | | | |
| Rio do Salto (Cascavel) | 104 | 4,7 | 516 | | | | | | | | | |
| Bandeirantes do Oeste (Goiatuba) | 102 | 2,1 | 510 | | | | | | | | | |
| Fior do Oeste (Goiatuba) | 30 | 2,7 | 150 | | | | | | | | | |
| Bredanópolis (Janiópolis) | | | | | | | | | | | | |
| Rio Verde (Juruanda) | 92 | 3,1 | 456 | | | | | | | | | |
| Leão do Norte (Marilândia do Sul) | 40 | 1,0 | 204 | | | | | | | | | |
| Nova Amoreira (Marilândia do Sul) | 186 | 5,4 | 930 | | | | | | | | | |
| Esquina Gadocha (Pérola do Oeste) | 69 | 2,5 | 345 | | | | | | | | | |
| Cataporanga (Pitanga) | 132 | 2,8 | 632 | | | | | | | | | |
| Poema (Pitanga) | 140 | 1,4 | 700 | | | | | | | | | |
| Santa Maria (Pitanga) | 132 | 7,9 | 659 | | | | | | | | | |
| Santa Inês (São Miguel do Iguaçu) | 20 | 0,8 | 98 | | | | | | | | | |
| São Francisco (Toledo) | 20 | 1,9 | 101 | | | | | | | | | |
| São Luiz do Oeste (Toledo) | 6 | 1,0 | 29 | | | | | | | | | |
| Sete Barras (Adrianópolis) | 88 | 6,2 | 481 | | | | | | | | | |
| Amoreira | | | 753 | | | | | | | | | |
| Monte Olinto | | | 600 | | | | | | | | | |
| Imaculada (Arapoti) | 34 | 1,0 | 170 | | | | | | | | | |
| Arauna | 32 | 1,3 | 159 | | | | | | | | | |
| Bom Sucesso | 23 | 4,7 | 116 | | | | | | | | | |
| Cambira | 115 | 13,3 | 576 | | | | | | | | | |
| Campina Grande do Sul | | | | | | | | | | | | |
| Vila Progresso (Centenário do Sul) | 28 | 1,6 | 138 | | | | | | | | | |
| Congonhinhas | 26 | 2,6 | 130 | | | | | | | | | |
| Conselheiro Mairinck | | | | | | | | | | | | |
| Contenda | | | | | | | | | | | | |
| Cruz Machado | 128 | 3,7 | 638 | | | | | | | | | |
| Nova Esperança (Enéas Marques) | 6 | 1,7 | 22 | | | | | | | | | |
| Engenheiro Beltrão | 40 | 13,2 | 210 | | | | | | | | | |
| Fênix | 21 | 7,2 | 101 | | | | | | | | | |
| Floral | 25 | 0,5 | 126 | | | | | | | | | |
| Nova Blac (Floral) | 32 | 1,1 | 160 | | | | | | | | | |
| Francisco Alves | 42 | 4,2 | 206 | | | | | | | | | |
| General Carneiro | 109 | 9,0 | 544 | | | | | | | | | |
| Iguaraci | 20 | 0,1 | 89 | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu | 63 | 1,6 | 417 | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu (Imbituba) | | | 950 | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu | 126 | 2,1 | 628 | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu | | | | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu | 114 | 5,0 | 570 | | | | | | | | | |
| Itaipuaçu do Sul | 29 | 1,2 | 145 | | | | | | | | | |
| Janiópolis | | | | | | | | | | | | |
| Jardim Alegre | | | | | | | | | | | | |
| Jardim Olinda | 11 | 0,1 | 48 | | | | | | | | | |
| Jesuítas | | | | | | | | | | | | |
| Joaquim Távora | | | | | | | | | | | | |
| Jordão do Sul | 18 | 6,4 | 90 | | | | | | | | | |
| Jordão do Sul (Leópolis) | 18 | 2,6 | 89 | | | | | | | | | |
| Jardim Alegre | | | 3.600 | | | | | | | | | |
| Jardim Olinda | 148 | 12,4 | 741 | | | | | | | | | |
| Jesuítas | | | | | | | | | | | | |
| Joaquim Távora | | | | | | | | | | | | |
| Jordão do Sul | 38 | 4,8 | 177 | | | | | | | | | |
| Jordão do Sul (Leópolis) | 208 | 8,2 | 1.040 | | | | | | | | | |
| Jardim Alegre | | | 2.727 | | | | | | | | | |
| Jardim Olinda | 60 | 5,6 | 301 | | | | | | | | | |
| Jesuítas | 83 | 0,9 | 463 | | | | | | | | | |
| Jardim Alegre | 16 | 4,1 | 76 | | | | | | | | | |

CONTINUA

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE | | | | | | | | | | DADOS INFORMATIVOS | | | | | | | | | | NC: \$ 1,00 | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--------------------|-------|------------------------|--|-----------------------|--|-----------------------|--|-------------------------|--|------------------------|--|------------------------|--|-------|--|--|--|--|
| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | | | | | | | TOTAL GERAL | | O. DESPESAS DE CAPITAL | | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | INVERSÕES FINANCEIRAS | | OUTRAS DESP. CORRIENTES | | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | | FONTE | | | | |
| ENUNCIADO PROGRAMÁTICO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nova Aliança do Ivaí | | | | | | | | | | 5 | 21 | 0,2 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nova Aurora | | | | | | | | | | 91 | 452 | 2,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nova Olinda | | | | | | | | | | 41 | 191 | 1,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Peissandu | | | | | | | | | | 300 | 1.501 | 12,4 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Paranapoema | | | | | | | | | | 28 | 84 | 3,4 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dep. José Alonso (Paranavaí) | | | | | | | | | | 121 | 605 | 2,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Graciosa (Paranavaí) | | | | | | | | | | 43 | 215 | 2,6 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pérola | | | | | | | | | | 54 | 269 | 2,8 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Boa Esperança (Pérola) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pinhalão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Planaltina do Paraná | | | | | | | | | | 11 | 51 | 1,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Centro Novo (Planalto) | | | | | | | | | | 12 | 59 | 1,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto Rico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pranchita | | | | | | | | | | 34 | 170 | 7,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quetiquá | | | | | | | | | | 53 | 264 | 3,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Querência do Norte | | | | | | | | | | 88 | 440 | 9,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quinta do Sol | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rancho Alegre | | | | | | | | | | 34 | 185 | 0,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sabáudia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Salto do Itararé | | | | | | | | | | 45 | 221 | 0,6 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Salto do Lontra | | | | | | | | | | 30 | 150 | 3,4 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santa Amélia | | | | | | | | | | 18 | 77 | 1,6 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| São Clemente (Santa Helena) | | | | | | | | | | 71 | 355 | 2,8 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quinzópolis (Santa Mariana) | | | | | | | | | | 4 | 17 | 1,4 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santana do Itararé | | | | | | | | | | 41 | 202 | 2,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santo Antônio do Sudoeste | | | | | | | | | | 44 | 220 | 8,9 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santo Inácio | | | | | | | | | | 32 | 161 | 1,2 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| São Pedro do Ivaí | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Porto São José (São Pedro do Paraná) | | | | | | | | | | 144 | 720 | 1,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tapira | | | | | | | | | | 188 | 940 | 5,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Guaradina (Teresa Soares) | | | | | | | | | | 3 | 12 | 0,3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lagoinha (Tijucas do Sul) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vera Cruz do Oeste | | | | | | | | | | 12 | 56 | 1,6 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elza (Nambiré) | | | | | | | | | | 175 | 876 | 3,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Calceira | | | | | | | | | | | 1.840 | 1,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Erifas Marques | | | | | | | | | | | 1.500 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Doutor Oliveira Castro (Quatã) | | | | | | | | | | 51 | 256 | 7,3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Botafumeiro (Lapa) | | | | | | | | | | 422 | 56 | 11,2 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nova Laranjeiras (Laranjeiras do Sul) | | | | | | | | | | | 600 | 0,3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quatraci (Londrina) | | | | | | | | | | | 150 | 0,3 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Paqueta (Londrina) | | | | | | | | | | | 1.250 | 0,7 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Selva (Londrina) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diamante do Oeste (Marelandia) | | | | | | | | | | | 2.063 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Palmat | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vila Maripá (Pato Branco) | | | | | | | | | | 21 | 107 | 0,4 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Primeiro de Maio | | | | | | | | | | 73 | 365 | 6,5 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Centro (Imuarama) | | | | | | | | | | | 435 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Santa Eliza (Imuarama) | | | | | | | | | | | 1.800 | 1,9 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Serra dos Dourados (Imuarama) | | | | | | | | | | | 1.170 | 5,1 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS NOVAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ercilândia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Salto do Oeste | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| São Geraldo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Terra Nova do Piquiri | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ibiporã | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Boa Vista de Santa Cruz | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cruzeiro | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| João | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

CONTINUA

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE | | | | DESPESAS | | | | | | NCZ\$ 1.00 | | |
|--|----------------|-----------------------|-----------------------|----------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-------------|
| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | FONTE | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | OUTRAS DESP. CORRENTES | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | O. DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL GERAL |
| ENUNCIADO PROGRAMÁTICO | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS NOVAS | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | | | |
| Primavera | | | | | | | | | | | | |
| Morro Verde | | | | | | | | | | | | |
| Cachoira | | | | | | | | | | | | |
| Contenda | | | | | | | | | | | | |
| São Judas Tadeu | | | | | | | | | | | | |
| Barro Preto | | | | | | | | | | | | |
| Calendáguas | | | | | | | | | | | | |
| Vidigal | | | | | | | | | | | | |
| Ivaíândia | | | | | | | | | | | | |
| Lagoa Seca | | | | | | | | | | | | |
| Ribeirão Bonito | | | | | | | | | | | | |
| Bela Vista do Oeste | | | | | | | | | | | | |
| Guaiporã | | | | | | | | | | | | |
| Jangada | | | | | | | | | | | | |
| Nitza | | | | | | | | | | | | |
| Marques dos Reis | | | | | | | | | | | | |
| Japurá | | | | | | | | | | | | |
| Jussara | | | | | | | | | | | | |
| Leópolis | | | | | | | | | | | | |
| Pulmonópolis | | | | | | | | | | | | |
| Mariluz | | | | | | | | | | | | |
| Moreira Sales | | | | | | | | | | | | |
| Porto Brasil | | | | | | | | | | | | |
| Reserva | | | | | | | | | | | | |
| Santa Cecília do Pavão | | | | | | | | | | | | |
| Santa Bárbara | | | | | | | | | | | | |
| São Francisco | | | | | | | | | | | | |
| São Roque | | | | | | | | | | | | |
| Santa Izabel do Ivaí | | | | | | | | | | | | |
| Aparecida do Ivaí | | | | | | | | | | | | |
| Santa Mônica | | | | | | | | | | | | |
| Santa Izabel do Oeste | | | | | | | | | | | | |
| Songés | | | | | | | | | | | | |
| Tamboara | | | | | | | | | | | | |
| Tapejara | | | | | | | | | | | | |
| Sapê | | | | | | | | | | | | |
| Marabá | | | | | | | | | | | | |
| Cruzeiro do Norte | | | | | | | | | | | | |
| Vila Aricanduva | | | | | | | | | | | | |
| Braganey | | | | | | | | | | | | |
| Alto Alegre do Iguaçu | | | | | | | | | | | | |
| Nova Concórdia | | | | | | | | | | | | |
| Bentópolis | | | | | | | | | | | | |
| Itaguajé | | | | | | | | | | | | |
| Vila Ganghi | | | | | | | | | | | | |
| Santa Inês | | | | | | | | | | | | |
| Tuneiras do Oeste | | | | | | | | | | | | |
| Lovat | | | | | | | | | | | | |
| SANEAMENTO RURAL | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS EM ANDAMENTO | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | | | |
| Taquara Lisa (Agudos do Sul) | | | | | | | | | | | | |
| Sanzela (Braganey) | | | | | | | | | | | | |
| Ribeirão Vermelho (Campina Grande do Sul) | | | | | | | | | | | | |
| São Sebastião (Cerro Azul) | | | | | | | | | | | | |

CONTINUA

| ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE | | | | | | | | | | | | | NCz\$ 1,00 |
|---|----------------|-----------------------|-----------------------|----------|------------------------|------------------------|------------------------|---------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-------------|------------|
| UNIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR | | | | | | | | | | | | | |
| ENUNCIADO PROGRAMÁTICO | | | | DESPESAS | | | | | | | | | |
| | | | | FONTES | PESSOAL E ENC. SOCIAIS | JUROS E ENC. DA DÍVIDA | OUTRAS DESP. CORRENTES | INVESTIMENTOS | INVERSÕES FINANCEIRAS | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | O. DESPESAS DE CAPITAL | TOTAL GERAL | |
| SANEAMENTO RURAL | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS EM ANDAMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | | | | |
| Nova União (Céu Azul) | | | | | | | | | | | | | |
| Geremias Lunardielli (Nova Cantu) | | | | | | | | | | | | | |
| Sede Ouro (Sulina) | | | | | | | | | | | | | |
| São Miguel (Wenceslau Braz) | | | | | | | | | | | | | |
| Seção Jacaré (Francisco Beltrão) | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS NOVAS | | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | | | | |
| DIVERSOS MUNICÍPIOS | 2.250 | 120,0 | 11.250 | | | | | | | | | | |
| 50 comunidades rurais | | | | | | | | | | | | | |
| 100 sistemas de abastecimento de água | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS | | | | | | | | | | | | | |
| COMUNIDADES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - CMG | | | | | | | | | | | | | |
| OBRAS EM ANDAMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| LOCALIDADES | NOVAS LIGAÇÕES | EXTENSÃO DA REDE (Km) | POPULAÇÃO BENEFICIADA | | | | | | | | | | |
| Araucária, Campo Largo, Contenda, Palmas | | | | | | | | | | | | | |
| Castro, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Itaiti, Patolína, | | | | | | | | | | | | | |
| Telêmaco Borba | | | | | | | | | | | | | |
| Laranjeiras, do Sul, Pitanga, Prudentópolis, Rio Negro, São Mateus do Sul | | | | | | | | | | | | | |
| Morretes | 9.048 | 262,7 | 25.950 | | | | | | | | | | |
| Apucarana | 986 | 16,4 | 51.210 | | | | | | | | | | |
| Arapongas | 1.331 | 16,9 | 23.005 | | | | | | | | | | |
| Cambé | 2.300 | 55,0 | 55.380 | | | | | | | | | | |
| Cascavel | 1.216 | 46,0 | | | | | | | | | | | |
| Cornélio Procopio | 10 | 0,5 | 590 | | | | | | | | | | |
| Foz do Iguaçu | 814 | 12,2 | 13.125 | | | | | | | | | | |
| Francisco Beltrão | 85 | 2,0 | 4.250 | | | | | | | | | | |
| Guarapuava | 360 | 4,4 | 9.000 | | | | | | | | | | |
| Londrina | 71 | 0,7 | 1.225 | | | | | | | | | | |
| Matinhos | 1.142 | 20,2 | 16.330 | | | | | | | | | | |
| Paranavá | 1.850 | 35,7 | 21.515 | | | | | | | | | | |
| Pato Branco | 540 | 9,2 | 10.000 | | | | | | | | | | |
| Ponta Grossa | 506 | 10,2 | 14.875 | | | | | | | | | | |
| Polândia | 1.512 | 29,7 | 28.075 | | | | | | | | | | |
| Toledo | 3.500 | 66,3 | 31.850 | | | | | | | | | | |
| União da Vitória/Porto União | 278 | 2,9 | 6.045 | | | | | | | | | | |
| Wenceslau Braz | | | | | | | | | | | | | |
| Guaratuba | | | 14.500 | | | | | | | | | | |

T - TESOURO
OF - OUTRAS FONTES

Ofício:

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO N° 155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam enviados votos de pesar à família enlutada do ex-Deputado Federal ARI KFURI, que se retirou do convívio familiar, social e político, no último dia 25 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Senhor João Urbano, ex-Prefeito de Nova Esperança, ocorrido no dia 24 de dezembro de 1989.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, no Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O prematuro desaparecimento de João Urbano chocou a Cidade de Nova Esperança, Município que governou de 1982 à 1988. Jovem advogado, foi vítima de grave enfermidade.

Deixou viúva a senhora Vitória Santoro Urbano e um casal de filhos.

A Assembléia Legislativa do Estado aprovando este requerimento estará prestando uma justa homenagem póstuma e externando sua soliedariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder,

Sob o n° 92/90-K, do Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Lei Complementar tendo por objetivo dar cumprimento ao disposto no Artigo 56, § 2° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna Estadual. Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Considerando que o Deputado José Felinto, Membro da CPI da Saúde desta Casa, está gozando licença para tratamento de saúde, solicitamos as providências de Vossa Excelência no sentido de sua substituição pelo Deputado Dirceu Manfrinato.

Certos da sua atenção, valemo-nos da oportunidade para reafirmar nossos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário; Regime de Urgência de Projeto de Lei Complementar n° 74/90, que trata das carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei que cria o Município de Rio Bonito, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, apresentado nesta.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei n° 403/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

de voto de grande pesar pelo falecimento do engenheiro TOYOSHI SAKAI, que exercia a chefia regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

REQUER, outrossim, seja dado conhecimento da decisão à viúva do extinto, Dna. Maria Luiza Sakai, à rua D. Manoel da Silveira D'Elboux, 493, Bairro Tarumã, nesta Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

De maneira inesperada, morreu no último dia 18 de fevereiro, o engenheiro Toyoshi Sakai, que há alguns anos respondia pela chefia regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Paraná. Com apenas 46 anos de idade, era ele um dos mais competentes e preparados técnicos do setor rodoviário no Estado, com cursos no Exterior, sobretudo muita dedicação ao trabalho.

Sua atuação, apesar das dificuldades enfrentadas pelo DNER, era alvo de constantes elogios, pois Saki, sempre encontrava um meio de contornar os problemas com que se defrontava. Seu espírito humano e solidário também era reconhecido por todos, especialmente pelos servidores do DNER.

A par de suas atividades profissionais, participava ainda de inúmeras entidades, entre elas a diretoria da Associação Paranaense de Ex-Bolsistas Brasil-Japão. Profundamente religioso, ele também participava ativamente das atividades comunitárias de sua Paróquia, no Tarumã.

Toyoshi Sakai deixou viúva e dois filhos menores.

REQUERIMENTO N° 201

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo prematuro falecimento do amigo, companheiro, ex-Prefeito de São José da Boa Vista, senhor LEOPOLDO JOSÉ BARBOSA, ocorrido no dia 21 próximo passado, bem como, determinar seja enviada cópia deste requerimento aos seus familiares, na pessoa do ilustre vereador Milton Barbosa, daquele Município.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Momentos há, em nossas vidas, que são marcados por alegrias, outros, por sua vez, que deixam raízes profundas de muita tristeza e saudades.

É um amigo, um companheiro que se perde; um autêntico político de lutas e grandes jornadas políticas, um homem público de coração brando, mas transparente e aus-

tero.

Este o perfil de Leopoldo José Barbosa. Sêrio, humilde, austero, responsável. Como cidadão, excelente pai, fiel cumpridor de suas obrigações, pautando sua existência nos princípios do amor, da compreensão, do entendimento e bons costumes. Sua ausência, deixa um vazio na classe política do Município, pela sua autenticidade, companheirismo e lutador. Por estas razões, justifica-se seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de pesar ao preñado amigo e companheiro Leopoldo José Barbosa, ex-Prefeito de São José da Boa Vista.

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à UNIMED de Curitiba, na pessoa de seu Superintendente Dr. Manoel Antonio Almeida Neto, pela inauguração de sua nova sede nesta Cidade, localizada à Rua Itupava, 737.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Revista PARANÁ EM PÁGINAS pela passagem do seu 25° aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornalista CANDIDO GOMES CHAGAS para que receba e cumprimente todos os colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Revista PARANÁ EM PÁGINAS foi fundada em março de 1965, pelo jornalista Candido Gomes Chagas.

Respalhada por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública de todo o Estado, merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela maneira como conduz imparcialmente a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto à população, e prestando relevantes serviços para a comunidade de um modo geral.

A Revista Paraná em Páginas representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento técnico, cultural, econômico e sobretudo social.

A alta tecnologia aliada a capacidade criativa dos recursos humanos com a efi-

cientíssima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso da revista, líder especialmente no nosso litoral, cobrindo todo o território paranaense, levando a todos os seus inúmeros leitores a informação, o entretenimento, a cultura, ao mesmo tempo transportando para a opinião pública paranaense a imagem real do nosso Estado.

A Revista Paraná em Páginas tão bem conduzido pelo jornalista Candido Gomes Chagas, é uma prova de que para crescer e ser forte a receita infalível é: TRABALHO e COMPETÊNCIA. Ao completar 25 anos de existência com a edição do número 300, como todos os empreendimentos e projetos desenvolvidos, enfrentam crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. Muitos não resistiram, ficaram no meio do caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outros triunfaram, é o caso da Revista Paraná em Páginas.

É indubitável - segundo o acompanhamento que temos feito diuturnamente, seu sucesso está ligado à obstinada dedicação e trabalho desse incansável jornalista Candido Gomes Chagas integrando-se sempre na atividade dos que realmente prestam serviço à comunidade.

A grande realização da Revista Paraná em Páginas nestes 25 anos de vida foi conquistada na credibilidade do leitor e da opinião pública paranaense. Em todos os acontecimentos políticos esteve presente não apenas para registrar os fatos, mas principalmente, para dar a eles a versão mais autêntica, interpretando as suas repercussões e as suas consequências no domínio público.

No trabalho de cada edição sempre movida pela preocupação de procurar a verdade e transmiti-la com exatidão e com coragem, qualquer que fosse o sacrifício que lhe custasse. As forças do poder nunca atemorizaram, porque sempre acreditou que o jornalismo é um "munus" público, que a Revista não é apenas uma tribuna, nem somente uma trincheira, mas deve ser sobretudo, a síntese das aspirações populares.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência. A este júbilo o Poder Legislativo se associa, como representante do povo, congratulando-se com a direção da Revista, representada pelo jornalista CANDIDO GOMES CHAGAS, e ao seu corpo de profissionais.

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor a "KOBES DO BRASIL INDÚS-

TRIA E COMÉRCIO LTDA", pela iniciativa de instalar-se e implantar o Projeto de Sericultura, no Município de Dois Vizinhos - PR.

Requer-se seja dada ciência do conteúdo deste requerimento a todos os membros da Diretoria da "KOBES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA", ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PFL, PDT e PDS do Município de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Folha do Vale e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, cuja nominata e endereços integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, pólo de desenvolvimento da Região Sudoeste do Paraná, primeiro lugar em produção de milho do Sudoeste, em primeiro lugar em número de granjas do Estado, primeiro lugar em criação de patos do Brasil, segundo lugar em arrecadação de ICMS do Sudoeste, segundo lugar em exportação de carne de frango do Estado, terceiro Município em população, vive a expectativa de uma nova fase de grande crescimento industrial.

Em 1989, quando a direção de KOBES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, visitou Dois Vizinhos e decidiu instalar uma de suas empresas no Município que representamos neste parlamento paranaense, seguramente foi uma decisão que criou expectativa em todos os Municípios que compõem o Sudoeste Paranaense.

A KOBES DO BRASIL, investe seguramente em Dois Vizinhos com a implantação do Projeto de Sericultura "Bicho da Seda", cuja meta é integrar mais de cinco mil pequenos produtores na produção de casulos.

Com altos investimentos e domínio da tecnologia, este grupo japonês, acreditando na potencialidade econômica e no trabalho do povo de Dois Vizinhos e Região, vem com certeza injetar novas oportunidades de trabalho e rendimentos aos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense.

No dia 23/02/90 a KOBES DO BRASIL, fará o primeiro pagamento da produção de casulos aos seus integrados, quando dará uma demonstração inequívoca das suas determinações em investir no Sudoeste.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com o povo de Dois Vizinhos, vem se somar ao povo do Sudoeste Paranaense e desejam através deste requerimento, sucesso a empresa KOBES DO BRASIL pela sua instalação em nosso Município.

Parabéns KOBES DO BRASIL!

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES a senhora LIDIS KRUPPIZAK, Oficial do Cartório Civil de Títulos e Documentos.

Lidis Kruppizak, que com sua capacidade e eficiência profissionais, gentileza no atendimento e organização no trabalho de registrar: casamentos, nascimentos e óbitos, além do registro de entidades civis, renderam-lhe o Título de CARTORÁRIA DO ANO DE 89, numa singela homenagem a essa pessoa que, com muito amor, dedica-se à sua profissão e é estimada pelos funcionários que compõem a sua equipe, admirada por todos que a conhecem.

Pelo excelente trabalho desta cartorária, servindo a comunidade de São José dos Pinhais, ficam registrados nos anais do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, pela sua escolha como CARTORÁRIA DO ANO.

Que do teor do presente dê-se ciência à homenageada no Cartório Civil de Títulos e Documentos de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje desta Assembléia Legislativa, de voto de aplauso e congratulações pela brilhante atuação do Doutor FAUSTO LUIZ ABRY na presidência da Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP, de cujo cargo está agora se afastando.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Após seis anos de profícuo trabalho, o Doutor FAUSTO LUIZ ABRY está deixando a presidência da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, a fim de integrar a Chapa "Justiça e Trabalho", que, no dia 08 de abril vindouro vai disputar a renovação de 50% do Conselho Deliberativo da entidade. Será substituído pelo primeiro vice-presidente, Professor Faustino Fávoro.

Na direção da ASPP o Doutor Fausto Luiz Abry demonstrou dedicação e competência ímpares. Representou com altivez e espírito público a valorosa classe dos servidores, empunhando as bandeiras de antigas reivindicações e colocando-se à frente da luta pelos direitos e conquistas do funcionalismo público estadual.

Assim, ao anunciar a decisão de afastar-se da presidência, para compor a Chapa "Justiça e Trabalho", que vai participar da disputa com vistas à renovação do Con-

selho Deliberativo da ASPP, é justo e oportuno que se preste a esse valoroso dirigente uma homenagem que, apesar de singela, traduz o reconhecimento da classe e do Poder político do Paraná a um batalhador pelas justas causas do funcionalismo. É o que se pretende com este requerimento.

REQUERIMENTO N° 205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular" de Curitiba, pela passagem de seu 27° aniversário de sua fundação, durante os quais sempre retratou fielmente os acontecimentos de nosso Estado, do País e do mundo procurando cumprir uma importante parcela da imprensa escrita com dignidade. Por todo este acervo de serviços prestados à coletividade, desejamos externar nossas congratulações a todos aqueles que participam da família deste conceituado Jornal, especialmente na pessoa do senhor ABDO KUDRI.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 130

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a formação de uma COMISSÃO ESPECIAL para visitar os sem-terras, acampados nas Fazendas de FORMIGA e LARANJEIRAS, Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Após o recebimento de importante documento da Paróquia Evangélica de Mercedes, Município de Marechal Cândido Rondon, relatando que no último dia de dezembro do ano passado, em Assembléia Geral daquela Paróquia, formada por onze comunidades daquele Município, com cerca de 900 famílias inscritas, filiadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, foi discutido e refletida a precária situação das 250 famílias acampadas nas Fazendas Formiga e Laranjeiras, Município de Ibema, que morando debaixo de barracas de lona, com péssimas condições em termos de alimentação, saúde, vestuário e mesmo condições de trabalho, pode-se ao mesmo tempo emocionar-se vendo que apesar da precariedade que vivem são persistentes e estão a apostar suas próprias vidas para conquistarem um pedaço de terra, para dela obterem o sustento para si e para suas famílias.

Para podermos melhor nos conscientizar e lutarmos em prol daqueles que querem seu pedaço de chão para produzir, é onde sen-

abilizado, requeiro a formação da referida Comissão Estadual para que possamos prestar nossa solidariedade e auxílios àqueles "sem-terra".

REQUERIMENTO N° 134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a designação da data de 18 de abril de 1990, para realização de Sessão Solene para entrega de Título de Cidadão Honorário ao Senhor Jorge Aloysio Weber e de Títulos de Cidãos Beneméritos aos Senhores Carlos Alberto Pereira de Oliveira, George Christófis, Rubens Armando Brustolin, José Alberto Pereira Ribeiro e Arnaldo de Mello Arantes.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 06 de março, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 053/90, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor que especifica.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral no dia 06 de Março às 14:30 h., para apreciar o Projeto de Lei n° 068/90, de minha autoria, que institui obrigatoriedade de registro, perante o órgão policial competente dos estabelecimentos de hospedagem a qualquer título.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) BRONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, na forma que dispõe o Regimento Interno desta Casa, a transformação desta Assembléia em Comissão Geral para, na data de amanhã, 06 de março, emitir Parecer sobre o Projeto de

Lei que cria o Município de Rio Bonito, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a ser realizado.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e das prerrogativas constitucionais e, ainda:

CONSIDERANDO a disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em instalar, através de decreto governamental o "Aterro Sanitário Norte" e instituir um consórcio para implantação do "Plano Diretor Resíduos Sólidos Alto Iguaçu", na localidade de Almirante Tamandaré, nesta Região Metropolitana de Curitiba;

CONSIDERANDO que tal Secretaria anunciou formalizar tal consórcio no dia cinco de março do ano em curso, com a participação dos municípios metropolitanos situados na área dos mananciais que abastecem a Grande Curitiba;

CONSIDERANDO que tal ação fere diretamente dispositivo Constitucional (art. 207, § 1°, XI) "Cabe ao Poder Público, na forma da lei, (para assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais), incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

CONSIDERANDO que tal dispositivo constitucional subordina qualquer tipo de convênio, acordo ou consórcio para reciclagem de lixo, à lei específica;

CONSIDERANDO que a iniciativa de tal lei poderia mesmo ter partido do Poder Executivo, o que não ocorreu, uma vez que este Poder não discutiu, apreciou, tampouco aprovou qualquer lei nesse sentido oriunda de qualquer parte legítima para propô-la;

CONSIDERANDO que em nenhum momento um decreto pode ser confundido com lei aprovada pela Assembléia Legislativa;

CONSIDERANDO a necessidade deste Poder quedar-se vigilante na fiscalização do cumprimento à Carta Estadual,

REQUER, à Mesa Executiva que, com base no artigo 111, I, proponha ação direta de inconstitucionalidade do Ato Governamental

que autorizou a formação do consórcio para a implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos Alto Iguaçu, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, conforme o Art. 14 e Parágrafos do Regimento Interno desta Casa, Requer, após ouvido o Douto Plenário, pedido de licença para tratamento de saúde, de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 05 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 05.03.90

(a) JOSÉ FELINTO

ATESTADO

Atesto que o Ilmo Sr. Deputado José Severino Silva Felinto deve afastar-se de suas atividades no período de 30 dias para tratamento de CID 278.0/4 e CID 401.9/3.

Dr. DJALMA LUIS FARACO

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que José Felinto necessita de 30 dias para tratamento de saúde.

Curitiba, 05.03.90

Dr. JOSÉ MARTINS ÓRSO

ATESTADO

Atesto para os devidos fins que José Severino Silva Felinto esteve em consulta em 6 de março de 1990, devendo afastar-se de suas atividades até 20 de março de 1990, sob meus cuidados.

Curitiba, 06.03.90

Dr. DIVONEI VIANA DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à FUNDEPAR, na pessoa de seu Diretor Superintendente Sr. José Trentin, solicitando estudo de viabilidade de doação de uma máquina fotocopadora para a Escola Estadual Olavo Bilac - Ensino de 1° e 2° Grau, do Município de SARANDI.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 165

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja feita a instalação urgente de um Posto de Serviço Telefônico pelo Sistema DDD, para a comunidade

de Vila Nova do Canoas "Vaijá" localizada no Município de Dois Vizinhos - PR. No sentido de levar mais progresso ao Sudoeste Paranaense no que se refere a telecomunicações.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Telepar, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL, e PDS do Município de Dois Vizinhos, aos Senhores Líderes da comunidade de Vila Nova do Canoas "Vaijá", à Rádio Educadora e ao Jornal "Folha do Vale" e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Vila Nova do Canoas, popularmente conhecida como "Vaijá", situada no interior do Município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, necessita dos meios de comunicação que evitem deslocamentos às vezes onerosos.

Reivindicação neste sentido foi feita pelo líder e morador da Vila Nova do Canoas "Vaijá" Senhor HEITOR GHIZI, que vem se somar com a ansiedade de todos os moradores da comunidade de Vila Nova do Canoas "Vaijá", onde pedem a urgência na instalação de um Posto de Serviço Telefônico pelo Sistema DDD.

Vila Nova do Canoas "Vaijá", fica distante do Município de Dois Vizinhos aproximadamente vinte e oito quilômetros. Os Postos de Serviços Telefônicos mais perto estão localizados, um no Distrito de Cruzeiro do Iguaçu e o outro na localidade conhecida como Granja da Sadia, o primeiro fica distante de Vila Nova do Canoas "Vaijá", aproximadamente seis quilômetros e o segundo fica distante aproximadamente três quilômetros.

As mais de cento e cinquenta famílias de pequenos proprietários rurais de Vila Nova do Canoas "Vaijá" clamam urgentemente pela instalação de um Posto de Serviços Telefônicos pelo Sistema DDD, que com certeza trará o avanço tecnológico da qual a comunidade de Vila Nova do Canoas "Vaijá", necessita para integrar e tornar a vida de todos mais acessível.

REQUERIMENTO N° 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o recapeamento do trecho do acostamento da BR que dá acesso ao Município de Campo Mourão, vindo do Município de Maringá, nas imediações do Posto da

Polícia Rodoviária até o Trevo da Travessa Guaíra, o qual encontra-se em péssimas condições para o tráfego.

Grato pela atenção que puder dispensar ao nosso pedido, ficamos no aguardo da costumeira atenção por parte desta atuante Secretaria.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao DD. Chefe do Núcleo do Distrito Sanitário de Campo Mourão, solicitando o atendimento médico estadual para o Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 05.03.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem embasada dos mais justos direitos da população do referido Município, que atualmente está desatendido pelo sistema público de saúde, contado apenas com o trabalho profissional da rede privada, o que ocasiona sérios transtornos em casos de emergências, o que obriga o deslocamento para outras localidades.

Ciente da importância desta reivindicação e certo do seu pronto atendimento, esperamos poder contar com a costumeira atenção por parte deste Núcleo e ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando estudos de viabilidade para a instalação do ensino de 2° grau no Jardim Santa Cruz, localizado no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação constitui-se numa real necessidade por parte dos alunos residentes no Jardim Santa Cruz e imediações. Por se tratar de um dos maiores bairros do Município, acreditamos ser perfeitamente viável a concretização do pedido ora em pauta.

Grato pela atenção que puder dispensar a este pedido e certo do empenho por parte desta pasta, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja enviado ofício à Superintendência do Banco do Brasil, solicitando estudos de viabilidade para a instalação de uma Agência Bancária no Município de JURANDA, neste Estado.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com cerca de 15 mil habitantes, grande parte de agricultores e pequenos comerciantes, o Município de Juranda não dispõe até o presente momento, de uma Agência do Banco do Brasil, contando apenas com um Posto de Serviço Avançado, do referido Banco. Levando-se em consideração que o mesmo não oferece aos clientes, o mesmo tipo de serviço prestado por uma agência, quando da necessidade de uma transação maior, é necessário o deslocamento para outros centros, tais como Boa Esperança, Ubiratã, Mamborê, Goioerê, etc.

Pelo exposto, solicitamos empenho e estudos detalhados acerca do assunto, visando o atendimento com brevidade desta tão ansiada reivindicação da comunidade jurandense.

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor Presidente da TELEPAR, visando a possibilidade da instalação de um Posto de Serviço (PS), no Distrito de Caratuva, no Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação por parte dos moradores daquela localidade, constitui-se em um antigo desejo e necessidade de tal benefício. Ela conta com um número considerável de pessoas interessadas na viabilidade da instalação de um Posto de Serviço, o que contribuiria sensivelmente para encurtar tempo e distância, proporcionando desta forma, maior conforto e rapidez àqueles moradores.

Em razão do exposto e certo de que esta instalação em muito contribuiria para o desenvolvimento da região, solicito a costumeira atenção por parte desta Companhia, ficando no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que

seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento de um trecho de aproximadamente 4 Km de extensão, ligando a Rodovia Vassílio Boiko, até o Distrito de Santo Rei, no Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O pedido acima exposto é um atendimento de uma justa reivindicação daquela comunidade, rica produtora agrícola do Estado e que enfrenta problemas com o escoamento da produção, em virtude, em parte, da falta do asfaltamento no trecho que especifica.

Grato pela atenção que puder dispensar ao nosso pedido, ficamos no aguardo da viabilização deste empreendimento.

REQUERIMENTO N° 150

SÚMULA: REQUER DA FUNDEPAR, DOAÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE AO COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC - ENSINO DE 1° e 2° GRAUS, DO MUNICÍPIO DE SARANDI, CONFORME RELAÇÃO ABAIXO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor DELSON JOSÉ TRENTIN, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a doação de materiais de expediente, conforme relação a seguir:

- 06 baldes pequenos
- 400 pratos
- 01 panela grande
- 10 bacias médias
- 10 conchas pequenas
- 03 espumadeiras grandes
- 01 liquidificador grande
- 01 mimeógrafo e tinta
- fitas para máquina de escrever
- máquina de escrever
- grampeador
- carbono
- pasta individual de aluno
- escrivania para secretaria
- cadeira para secretaria
- arquivos de aço
- estante de aço
- armários de aço

Informamos ainda que o referido estabelecimento é de porte VI, com habilitação em magistério, básica em comércio e 1° grau de 1.ª a 8.ª séries, e encontra-se em estado de total abandono pelo governo do Estado no que tange ao material básico necessário para o bom andamento administrativo da referida escola.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, bem como ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Senhor Osmar Dias, requerendo estudo de viabilização da construção de um armazém tipo COPASA no Município de Paçandu, conforme cópia da indicação expedida pela Câmara Municipal de Paçandu, em anexo.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Coronel QOPM WÂNTUIL BORGES, Digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar, no sentido de que sejam envidados esforços, objetivando a instalação de um módulo policial no Núcleo Residencial Santa Luzia, em PONTA GROSSA, abrangendo outros Núcleos como: Vila Congonha, Parque do Café, Vila Borato, Jardim Bonsucesso e demais adjacentes, todos concentrados numa região, cujos incidentes nesta área evidenciam a premente necessidade de um policiamento intensivo, de forma a garantir àquelas famílias maior segurança e tranquilidade.

Por outro lado, é imprescindível que para o pleno funcionamento desse serviço, sejam oferecidas todas as condições estruturais como um número de policiais à altura das exigências, viaturas e outras providências que normalmente se fazem necessárias.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam feitas gestões junto ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Carlos Antonio de Almeida Ferreira, a fim de que, atendendo reclames formulados pela comunidade moradora de Guararema, no Município de Tibagi, envide esforços objetivando a reabertura do Posto Avançado do Banestado da mencionada localidade, o que já vinha beneficiando mais de 2.000 moradores da região, vindo a ser fechado, causando transtornos.

A presente moção está embasada em expediente recebido por este parlamentar, em que aquela comunidade, através de seu re-

presentante, manifesta o veemente desejo de contar novamente com os imprescindíveis serviços do Banco e dos benefícios prestados, facilitando, sobremaneira, que essa clientela venha novamente ser assistida.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a convocação dos aprovados no concurso para comunicador social, em Apucarana, no ano de 1988, pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Muito embora o concurso tenha sido realizado em 1988, no mês de julho, até esta data os aprovados não foram chamados.

Como a validade de tais concursos, geralmente são de dois anos, o prazo para homologação dos aprovados expira-se no próximo mês de julho. Importa saber qual a razão pela qual os aprovados não foram convocados e homologados para prestarem o serviço na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, uma vez que a vaga se acha em aberto.

Em se expirando o prazo de validade do concurso, a Secretaria da Saúde teria de realizar outro concurso, remontando a novos gastos, "a priori", sem razão.

Diante do exposto, solicitamos ao Senhor Secretário, sejam chamados os aprovados em tal concurso conforme o edital que o convocou.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do senhor Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, gerenciando pela instalação de um telefone público comunitário no loteamento Itajubá, Guatupê II, Município de São José dos Pinhais.

O loteamento Itajubá, que existe há 36 anos inexplicavelmente, até hoje, não conta com telefone público comunitário, para atendimento às centenas de famílias que lá residem e que, pela atuação de carência, são usuários potenciais desse serviço.

Conhecedor da política da TELEPAR em levar os serviços de telecomunicações aos rincões mais longínquos, tenho certeza que a ação será célere para atendimento dessa

comunidade instalada a poucos quilômetros de nossa Capital.

Vale reafirmar a importância de um aparelho telefônico, sobretudo, para atendimento às situações de emergência como serviço de polícia, hospital e outros.

Que o teor do presente dê-se ciência aos senhores vereadores e Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Wantuil Borges, solicitando policiamento no loteamento Itajubá, Guatupê II, município de São José dos Pinhais.

O loteamento Itajubá, que existe há 36 anos, no Município de São José dos Pinhais, inexplicavelmente, até hoje, não tem merecido devido policiamento.

Recentemente, a região foi transformada em área de assentamento de ex-invasores e isso provocou um aumento considerável na população local. Em decorrência disso, também a onda de assaltos, agressões e outros delitos foi acrescida.

A região parece transformar-se num território livre quando as casas são invadidas e de lá furtados pequenos animais, roupas, brinquedos e outros objetos.

A determinação de policiamento, além de refrear essa "onda", com facilidade, detectaria vários indivíduos envolvidos em delitos.

Que do teor do presente dê-se ciência aos senhores vereadores e Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 175

Senhor Presidente.

O Deputado que o Presidente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, gerenciando pela implantação, em caráter de urgência, de rede de iluminação pública no loteamento Itajubá, Guatupê II, São José dos Pinhais.

O loteamento Itajubá, que existe há 36 anos, no Município de São José dos Pinhais, inexplicavelmente, até hoje, não tem iluminação pública.

Isso oferece sérias dificuldades aos moradores do local, principalmente, no

concorrente à questão de segurança, haja vista que inúmeros moradores, trabalham ou estudam em Curitiba e o regresso ao domicílio à noite, constitui um verdadeiro martírio.

Outrossim, parece até inconcebível que moradores da Região Metropolitana de Curitiba não tenham rede de energia elétrica, com uma companhia de energia tão eficiente como a nossa COPEL, vigilante que se mantém, pelo bem-estar e comodidade da comunidade paranaense.

Que o teor do presente dê-se ciência aos senhores vereadores e Prefeito Municipal de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à diretoria do Banco de Desenvolvimento do Paraná- BADEP, solicitando o possível atendimento à reivindicação da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Iolópolis, São Pio X e São Geraldo, entidade sem fins lucrativos que vem lutando em prol de 150 famílias pertencentes a estes Distritos no Município de São Jorge D'Oeste. A referida entidade solicita uma linha de crédito especial para atender as necessidades expostas no documento em anexo.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhado ao nobre Secretário de Transportes, HEINZ GEORG HERWING, reivindicando providências urgentes referentes ao asfaltamento da rodovia que liga o Município de Cantagalo ao Distrito de Cavaco, naquele Município.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Desde o mês de março de 1988 aguardamos o início da obra autorizada pelo Governo do Estado.

Devido a importância dessa obra para a comunidade daquela região, principalmente no sentido de melhor acesso, esperamos atendimento imediato.

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhado ao nobre Secretário de Transportes, HEINZ GEORG

HERWING, reivindicando a estadualização dos trechos que ligam o município de Cantagalo à Cavaco (25 Km); Cantagalo à Bracatinga (25 Km) e Pinhalzinho à Jacutinga (24 Km).

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Devido a extensão do referido Município de 1.800 m2 e receita do mesmo não atingir à arrecadação necessária, é importante a conservação das estradas principalmente para o escoamento agrícola da região.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 196

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado EXPEDIENTE OFICIAL do PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, reclamando providências quanto às denúncias que se segue:

Prática de ato criminoso, durante os feriados de Carnaval, no Litoral Paranaense, possivelmente, por elementos ligados à Prefeitura Municipal de Paranaguá, quando foram derrubados, com utilização de motosserras, mais de vinte "out-doors" e painéis que reivindicavam a criação do Município de Pontal do Paraná, emancipado de Paranaguá, além de dezenas de faixas no mesmo sentido, arrancadas, segundo moradores e veranistas locais, por funcionários daquela Prefeitura, dentre outros.

Tais elementos utilizaram-se, além de um caminhão, do veículo Volkswagen, modelo Kombi, placas PA 6489, e são conhecidos como Luis Solon, "Duda" e "Jair", todos moradores do Balneário de Barrancos, segundo testemunhas do lamentável ato.

Considerando que tais atos, além do caráter criminoso, por destruição e depredação, revestem-se de um atentado à democracia, quando violando os princípios que a nutrem, avançam de forma animalésca contra o material promocional de um movimento perfeitamente legal e legítimo, como o pela criação de PONTAL DO PARANÁ, confiamos nas providências a serem tomadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de punir os responsáveis e coibir a proliferação de feitos desta ordem.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 07 do corrente às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei Complementar n° 74/90.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 81/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes de cargo de nível universitário da administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto n° 68.704/71 e lei Federal 4.324/64, Decreto Federal n° 994/62 e lei Federal n° 3.252/57, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Art. 2° - Para os efeitos desta lei e da lei n° 8.186/90, de 08 de janeiro de 1990, ficam incluídos os profissionais de nível universitário da administração Indireta e Fundações, extensivos aos inativos regidos pela lei Federal 3.820/60, lei Federal 2.800/56, lei Federal n° 6.684/79, lei Federal n° 4.769, lei Federal n° 1.411, lei Federal, n° 5.517/68, lei Federal n° 5.550/68, lei Federal n° 3.252/57 e lei Federal n° 4.324/64.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

As leis Federais e Decretos mencionados no presente Projeto de lei, regulam as profissões de cirurgia-dentista e Assistente Social.

Os aludidos profissionais têm total responsabilidade sobre os serviços que prestam, responsabilidade esta inerente às suas funções e por força deste fato estão obrigados a arcar com as consequências de sua imperícia.

Assim, a presente gratificação visa conceder aos mencionados profissionais das áreas de Assistência Social e, cirurgia odontológica, uma forma de compensação pela responsabilidade técnica que têm no exercício de suas profissões.

PROJETO DE LEI N° 82/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 8808, de 30 de junho de 1988, passa a ter a seguinte

redação:

Art. 1° - Fica concedida a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, uma pensão mensal de 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo Único. A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dona Josefina Aparecida Barbosa, viúva do ex-Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho, de Boa Vista da Aparecida, falecido em trágico acidente automobilístico, em pleno exercício do cargo, no dia 02 de janeiro de 1988, ficou sem condições de sobrevivência, motivo porque a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei e o Excelentíssimo Sr. Governador sancionou, convertendo em Lei n° 8808/88, concedendo-lhe uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência, resultando agora, em janeiro de 1990, na importância de apenas NCz\$ 293,18 (duzentos e noventa e três cruzados novos e dezoito centavos), conforme documento anexo.

Para solucionar esta anomalia, é que apresentamos este plano de lei, e considerando o elevado alcance da medida ora proposta, estamos certos que a mesma merecerá desta Casa o necessário apoio e consequente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 83/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de RIO BONITO, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se junto às cabeceiras do Rio Crim, deste ponto segue o referido rio a jusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto, ainda a jusante, agora pelo Rio Iguaçu até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do Rio das Cobras, confrontando com terras dos Municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo Rio das Cobras até encontrar a ponte da estrada de rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do Município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida estrada de rodagem na dire-

ção de Laranjeiras do Sul até a sede do patrimônio km.130, confrontando até o Rio Xagu com o futuro Município de Nova Laranjeiras e do Rio Xangu até o Km. 130 com o Município de Laranjeiras do Sul; da sede do km. 130, segue por uma linha reta de aproximadamente 7.000 metros, encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruzilhada da estrada municipal do Arroio Novo, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 metros até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul.

**MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE DO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO**

"Partindo do ponto locado junto à faixa de domínio da BR-158, deste ponto rumo 13°49'SE, mede 35,10m, segue a rumo 29°15'SE, mede 583,60m, confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha reta de 594,00m., confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras de Eduardo Dabreski, segue por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras da referida estrada, até o ponto inicial desta descrição".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a)ARTAGÃO MATTOS LEO.

**PROJETO DE LEI N° 84/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ", com sede e foro no Município de Guaruapuava.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A "OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ", criada em 13 de fevereiro de 1987 e registrada em Cartório competente daquela localidade tendo como objetivos principais a assistência social para a promoção integral da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, credo, convicção política, sexo, condição social ou qualquer outra condição, norteadas pelos princípios e ideias de seu Fundador, Padre Adolfo Kolping, os quais são seguidos pela OBRA KOLPING DO BRASIL.

Assim sendo, submetemos o presente

Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI N° 85/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 9058, de 03 de agosto de 1989.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

**PROJETO DE LEI N° 86/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 8946, de 05 de abril de 1989.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

**PROJETO DE LEI N° 87/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Pastor JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA, pelos relevantes serviços prestados.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) JOSÉ FELINTO

**PROJETO DE LEI N° 88/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de ENCANTADO DO OESTE, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial a Foz do Rio Encantado no Rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo Rio Encantado até a foz do Rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruíbe, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255, no ponto onde alcança o Rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta linha até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo Norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no Rio do Peixe, desce por este até

sua foz no Rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por esta linha de divisa até encontrar a nascente da Sanga Ariranhã, desce por esta até sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO
PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE
ENCANTADO DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o Ramal Arapongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184, até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348 até o Ramal Arapongas, segue por este até a divisa da chácara 330, Ponto Inicial e Final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditando na força do trabalho como fonte geradora do progresso, o Distrito Administrativo de Encantado do Oeste que conta com uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades básicas da população, sente-se no direito legal de constituir-se em Município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo todos os requisitos solicitados pela Lei, para transformar-se em município, a população distrital não vê, pois, razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Assis Chateaubriand, no momento em que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do Distrito estão amplamente empenhados na concretização desse ideal e portanto, somos estimulados a admitir dentro da nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo o poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa Egrégia Assembléia, que tão sabiamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente Projeto de Lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres

Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 89/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos" a estrada que liga o Município de Juranda ao Município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

José de Oliveira Fabrício dos Santos, nascido em Iepê, São Paulo, a 24 de julho de 1932; sendo filho do Sr. Juliano Fabrício dos Santos e da Sra. Alexandrina Oliveira Santos, viveu em sua terra natal por sete anos, depois mudou-se para Alvorada do Sul, Paraná, onde residira por vinte e dois anos, vindo a chegar na Cidade de Goioerê no dia 10 de março de 1961, onde falecera a 02 de fevereiro de 1976, casado com a Sra. Célia Ceolin dos Santos, união que resultou nos filhos: Ben-Hur Fabrício dos Santos, Ciméia Fabrício dos Santos, Mirian Fabrício dos Santos e Manassés Fabrício dos Santos.

Seu pai foi pioneiro de Alvorada do Sul, destacando-se por sua influência política, sendo assim o segundo prefeito do Município, eleito pelo voto direto. Além da sua militância política, foi um dos mais expressivos pecuaristas do Município. O Sr. José de Oliveira Fabrício dos Santos não seguiu a carreira do pai, mas a exemplo, foi um grande líder e de prestígio inabalável, nunca galgou cargos eletivos, mas sempre cedeu uma parcela do seu esforço em prol do desenvolvimento sócio-econômico daquele pujante lugar.

Quando encontrava-se em Alvorada do Sul, as coisas não corriam bem para os proprietários da região, mas quando se acredita, tem fé e a leitura da Bíblia Sagrada como consolo, encontra-se a saída para as crises circunstanciais. Havia um trecho da Bíblia e em seu versículo havia um conselho: "Vá em busca de terras estranhas e o Senhor teu Deus lhe abrirá os caminhos". Decidiu seguir o conselho bíblico e transferiu-se para a cidade de Goioerê, adquirindo propriedades naquele município e em Juranda.

Para desbravar a região, ainda considerada sertão, trouxe aproximadamente 500 famílias, oriundas do Paraná e São Paulo, oferecendo serviços e, conseqüentemente, abrindo e povoando àqueles municípios.

Com a aquisição da Fazenda Bethel, no

Município de Juranda, pode difundir o cultivo da lavoura de algodão em uma extensa área. Na lida com o povo sempre fora um eterno conselheiro de todos os que dependiam de seus préstimos e os que seguiram seus conselhos, de não vender as terras, gozam até hoje das riquezas oferecidas por elas.

Naquela região, não só ficou a saudosa lembrança do cidadão em epígrafe, como o seu aprendizado na administração rural, sua ambição de progressividade através do trabalho, sua sensibilidade na labuta com o povo, sua fé na Bíblia e a esperança de que ambos os municípios obtivessem destaque no cenário estadual.

Estas lições são tributos que seus familiares receberam como herança e exercitam no crescimento socio-econômico e na vida política da região.

PROJETO DE LEI N° 90/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Será adotada uma política de isenção gradativa no pagamento do Imposto Sobre Mercadorias e Serviços - ICMS, nas empresas que contratarem para o seu quadro funcional, um número regulamentar de mulheres.

Art. 2° - O desconto concedido pelo Estado no ato do recolhimento do ICMS por parte das empresas, será feito através de uma Planilha Oficial que estabelecerá baseado no número de contratações de mulheres e o valor total a ser pago.

Art. 3° - Compete à Secretaria de Estado da Fazenda a elaboração da Planilha contendo os índices percentuais de desconto a serem aplicados proporcionalmente nas empresas.

Art. 4° - A redução do valor a ser pago obedecerá os critérios estabelecidos e regulamentados através do Poder Executivo.

Art. 5° - O Estado terá 180 dias a partir desta data, para estabelecer os índices oficiais de desconto proporcionais ao número de contratações de mulheres.

Art. 6° - As contratações a que se refere esta Lei, envolvem todas as demais efetuadas, antes desta data.

Art. 7° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei ora submetido à apreciação desta Casa, tem por objetivo estimular a contratação de pessoas do sexo feminino, por parte das empresas, uma vez que esta prática, após a aprovação da Nova Constituição, ficou visivelmente prejudicada, em parte, por causa dos incentivos e

benefícios que a mesma concedeu às mulheres, dentre eles, a licença maternidade.

A redução gradativa do pagamento do ICMS, tendo por variação a contratação de um maior número de mulheres para o preenchimento do quadro funcional da organização, contribuiria sensivelmente para amenizar o problema sentido na atualidade e traria mais segurança às mulheres, no que tange ao seu vínculo profissional.

Ciente da relevância desta proposição, espero sua apreciação cautelosa e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 91/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Estado manterá um profissional de educação em áreas abrangidas por zoneamento indígena, para ministrar aulas da língua de origem dos respectivos índios.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição mantém consonância com o Art. 226 da Constituição Estadual, que define que as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado, integram o seu patrimônio, e como tais, serão protegidos.

Como forma de manter contato entre as crianças e sua língua-mãe, e não dispersar a cultura indígena, submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares e esperamos obter apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 92/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

"Inicia na foz do Rio Canoas no Rio Iguaçu. Desce pelo Rio Iguaçu até a foz do Rio Jaracatiá sobe por este até a foz do Rio Piracema, sobe por este até sua nascente, deste ponto em linha reta e seca até encontrar a nascente do afluente do Rio Mico, desce por este até sua foz no Rio Mico, deste ponto segue pela divisa das Glebas 56 FB e 76 FB, até alcançar o

Rio Canoas, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, ponto inicial e final."

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA DO IGUAÇU**

"Inicia na Rua R, no canto da quadra 24 (Cemitério), segue pela divisa da quadra 24 até a Rua A, Rua A até a Rua Q, Rua Q até a Rua M, Rua M até a Rua C, Rua C até a Rua D, Rua D até a divisa do lote rural 68 com a quadra 22, segue pela divisa da quadra 22 depois 19, 20 e 1 até o Rio Esperança, desce por este até a Rua M, segue por esta até a divisa do lote rural 8 com a quadra 11, por esta divisa até a Rua A, Rua A até a Rua K, Rua K até a Rua R, Rua R até o canto da quadra 24 (Cemitério), ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PROJETO DE LEI Nº 93/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

**MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU**

"Inicia na foz do Rio Jaracatiázinho no Rio Chopim. Desce pelo Rio Chopim até a sua foz no Rio Iguaçu, desce por este até a sua foz no Rio Canoas, sobe por este até a Estrada Dois Vizinhos-Ouro Verde, segue por esta até o Arroio Marrelo, desce por este até a sua foz no Rio Jaracatiázinho, desce por este até a sua foz no Rio Chopim, ponto inicial e final".

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**

"Inicia na divisa da Quadra 51 com a Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim. Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim até o lote 1 da Quadra 1, deste ponto contorna e inclui as Quadras 1, 2-A, 3, 5, 7, 10, 10-A, 15, 20, 20-A, 26, 41, 50, 59, 64 e os lotes 9 e 7 da Quadra 63 até encontrar o Rio Divisor, Rio Divisor acima até a sua nascente no lote nº 1 da Quadra 61, deste ponto contornando e incluindo o lote 1 da Quadra 61, mais as Quadras 60-A, 60-B, 60, 54-A até a Rua L, Rua L até a divisa da Quadra 52, divisa da Quadra 52 até divisa da Quadra 51, divisa da Quadra 51, divisa da Quadra 51 até a Estrada Francisco Beltrão-Foz do Chopim, ponto

inicial e final."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

PROJETO DE LEI Nº 94/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de NOVA SANTA BÁRBARA, com território desmembrado dos Municípios de Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

**MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE
NOVA SANTA BÁRBARA**

"Partindo da cabeceira mais alta do Rio Paulo, segue uma linha reta até alcançar a cabeceira mais alta do Rio José Maria, continuando até sua nascente do Córrego Palmital, em continuação até uma das vertentes do Rio José Maria denominada Balbino, seguindo em linha reta até outra vertente do mesmo Rio José Maria, chamado Hirano, seguindo então em linha reta onde atravessa a Estrada Oficial do Cerne até a cabeceira do Córrego Zé Procópio e deste segue até sua nascente do Quinzinho, a qual desagua no Rio Sabiá e desta nascente segue até a cabeceira do rio situado na Fazenda Guiomar, ganhando o mesmo rumo divisório da Estrada Setecentos e por esta até a divisa do Rio e Município de São Jerônimo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PROJETO DE LEI Nº 95/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de Renascença.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Renascença, com sede e foro no Município de Renascença, tem por objetivos promover a integração e a assistência aos excepcionais, como bem comprovam seus estatutos.

Assim sendo, submetemos o presente

projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury). Finda a leitura do expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

AO SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"Conhecemos os homens não pelas palavras que dizem mas pelos atos que praticam".

Esta afirmação nos ocorre quando esta Casa - cumprindo a determinação da nova Constituição do Estado que reza que:

"O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação da Assembléia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo".

Prepara-se para proceder a votação que deverá referendar ou não o nome escolhido pelo Senhor Governador. Nome este pinçado de lista tríplice formada por procuradores da Justiça da mais alta capacidade e envergadura profissional e moral, e todos com reais condições de assumir tão elevado e importante cargo o de Procurador Geral da Justiça do Paraná.

Sabemos não ser fácil escolher um bom entre os bons, mas diversa não poderia ter sido a escolha do Senhor Governador Álvaro Dias, porque o nome de Luiz Chemin Guimarães faz história no judiciário paranaense e, por si só, se faz alçar entre os seus iguais.

Não poderemos, neste momento, ficar calados e aqui deixar de registrar para a história do Paraná - ainda que em rápidas pinceladas - o que este homem representa para nós que, escudado no ideal de servir o bem e fortalecido na certeza de que a Justiça existe para todos, mas que para isto deve ser defendida e conquistada passo a passo - aqui estamos como representante do povo paranaense.

Senhores Deputados - nos permitam a volta à história deste nosso Estado e ao que a crônica policial guarda entre suas mais caras recordações:

Na condição de repórter policial, há mais ou menos 15 ou 16 anos, fomos alertado - ao meio de um dia comum - que ocorreria, na Penitenciária Central do Estado uma fuga de presos seguida de seqüestro. Para lá rumamos incontinenti e tivemos então a oportunidade de acompanhar cada minuto do desenrolar de um acontecimento triste e lamentável porque uma vida foi perdida, mas onde sobressaiu-se a grandeza da alma, a coragem e o amor à causa públi-

ca de um homem.

Para evitar derramamento de mais sangue, já que um guarda do presídio - se não me falha a memória o Chefe de Segurança. Senhor Júlio Bis - havia sido mortalmente ferido pelos presos amotinados, o então Diretor do Presídio, junto ao Diretor da Prisão Feminina e mais um guarda concordou acompanhar os seqüestradores na fuga. Com isso a rebelião, dentro do presídio foi sufocada, mas a vida do Diretor e seus companheiros colocada em risco.

Não cabe aqui relatar a luta travada pelo Diretor seqüestrado para, no diálogo com os bandidos, salvar a vida de seus companheiros e a sua própria. Foram horas e horas - talvez as mais difíceis da vida de um grande homem - que durou o seqüestro, até que, já na divisa com São Paulo, foram todos libertados.

O Diretor da Prisão Central do Estado era o mesmo homem que, neste momento tem, nesta Casa, seus atos julgados para decidirmos se tem o merecimento e as condições necessárias para assumir a chefia do Ministério Público, o então promotor Dr. Luiz Chemin Guimarães.

Destes 15 anos ou mais, para cá, temos podido acompanhar de perto a carreira pública deste homem que tem sabido honrar e dignificar, não apenas o Ministério Público, mas o próprio Estado do Paraná.

Assumindo o cargo de Diretor da Polícia Civil, Luiz Chemin Guimarães, conseguiu, num momento de crise extrema, devolver a esta, a paz, e aos paranaenses a tranqüilidade que só a confiança nos meios de segurança pode trazer.

Como titular da pasta da Justiça - e desta vez sendo elevado à condição de Secretário de Estado num outro Governo do Estado, - porque a carreira pública deste homem tem mostrado que tem ele um só partido: defender a causa pública - ... mas, dizíamos Senhores Deputados, que elevado à condição de Secretário de Estado da Justiça, pode ali desenvolver um trabalho dignificante, embora as grandes dificuldades causadas em especial por um orçamento tão defasado e um amontoado de problemas, advindos de um sistema penitenciário falido de há muito neste Brasil. Mas, o ideal, a coragem e o amor ao dever do Dr. Chemin, foram mais fortes e conseguiu ele marcar sua passagem - aliás como último Secretário da pasta da Justiça isolada.

Merecidamente elevado ao cargo de Chefe do Ministério Público, pode então o Dr. Chemin concretizar - o que sabemos - era seu grande sonho: agilizar, promover e especializar as funções de tão importante setor da Justiça. Dentre várias inovações, criou ele as Promotorias Especiais, como a de "Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Acidentes do Trabalho e

de Reparação do Dano Resultante de Crime", de Defesa do Consumidor, que servem hoje de exemplo - e estão sendo copiadas por todo o Brasil.

Enumerar aqui os feitos e atos praticados por este homem que tem sabido honrar e dignificar a Justiça de nosso Estado, não é fácil, porque possivelmente muitos seriam até esquecidos e teríamos também que partir para outras facetas da vida do Dr. Chemin, que igualmente mostram a sua estatura moral, de homem e cidadão.

Como Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Luiz Chemin Guimarães, tem se projetado através da doação, cuidado, preocupação daqueles que sabem que não basta a um professor apenas ministrar a matéria que lhe compete. É preciso mais para se construir o homem de futuro deste País. É preciso lições de moral, de civismo, de amor à Pátria. É preciso amor e dedicação. Que é o que o Dr. Chemin vem fazendo a muitos que hoje labutam no Direito e a outros que preparam-se.

Dentro do Direito Penal tem Luiz Chemin Guimarães o destaque que merece um estudioso, criterioso e idealista porque ainda acredita no Direito. Cursos realizados, no Brasil e países como Itália e outros são uma constante na vida desse homem que busca sempre se aprimorar para melhor servir à causa pública.

Falar do cidadão, do Chefe de família, Luiz Chemin Guimarães, é apenas acrescentar ao que já foi dito. Resta apenas lembrarmos do homem que sabe ser gente em todos os momentos de sua vida. Que sabe doar-se àqueles que precisam de uma orientação, de uma ajuda, de um apoio. Que sabe ser amigo dos amigos.

Para nós é gratificante registrarmos que estamos entre aqueles que são amigos deste grande homem, Luiz Chemin Guimarães.

Somos dele amigo, não apenas em relacionamento pessoal, mas principalmente pelo que dele conhecemos e que aqui procuramos deixar um pouco.

O nome de Luiz Chemin Guimarães honra e dignifica o Estado do Paraná. Tomara pudessemos ter neste Brasil, neste Paraná muitos "Dr. Chemin" e possivelmente não estaríamos passando crise tão difícil - de falta de homens de moral, de capacidade e condições para gerir o destino do Brasil.

Nosso voto é favorável a indicação do Dr. Luiz Chemin Guimarães para a Chefia do Ministério Público, mas a aprovação de seu nome na realidade não é nossa.

Foram os atos que marcaram sua vida que conquistaram, não a aprovação - que temos certeza terá desta Casa mas de todo o povo paranaense que o tem como um de seus mais fortes pilares de moral, de capacidade, de cultura e de justiça.

Ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, o nosso voto, o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento.

Por isso, Senhor Presidente, na condição de integrante da Bancada do PDT quero, neste momento, render homenagem ao Dr. Luiz Chemin Guimarães e dizer da importância da sua indicação e da sabedoria do Governador do Estado em escolhê-lo para esta posição tão importante dentro da estrutura de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Espediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 20 de fevereiro de 1990 encaminhei à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais uma denúncia e um requerimento. A denúncia de que este Parlamentar, como cidadão, havia requerido informações a respeito dos gastos de publicidade do Governo Álvaro Dias e que ocorridos nove meses, apesar da lei determinar que em quinze dias se fornecesse a informação, nada acontecia. E enquanto não se dava a informação, a publicidade era, e é, cada vez mais acintosa.

A última delas é quando anuncia a construção de uma fábrica de medicamentos no Paraná e para aludir o povo e que no Paraná se constrói e se produz remédio, e se distribui. Peca na publicidade porque usa verbo no futuro: diz que a empresa vai produzir remédio. E o povo simples que assiste a televisão imagina então que o Governador Álvaro Dias está tão preocupado com a saúde pública quanto o Senhor Delcírio Tavares está preocupado com sua eleição para Deputado Federal. Muito menos com a saúde pública.

Pois bem, esta denúncia que os representantes do Ministério Público recebem, ao contrário do Governo Álvaro Dias, porque o Ministério Público é uma instituição que aja com independência, por garantia constitucional e por respeito à sociedade que eles defeendem, representam e fiscalizam a lei, seu cumprimento e a Constituição, esta denúncia que encaminhei ao Ministério Público, eu tinha certeza, não iria decepcionar este cidadão Nereu Massignan, nem a este Parlamentar Nereu Massignan. Não iria desrespeitar a opinião pública que quer um esclarecimento destes gastos com a publicidade cuja palavra do nobre Líder do PMDB, Deputado Artagão, naquela ocasião em que debatíamos este assunto, disse que a palavra transparência é um apanágio do Governo Álvaro Dias. Que o seja, como não foi o pedido do cidadão Nereu Massignan, agora vai ser por imposição

do Ministério Público, a Promotoria Pública fiscalizando a omissão desse Governo com a sua transparência e com a informação. Ainda bem que temos Ministério Público. Ainda bem que há Promotores. Ainda bem que havia antes que Hitler tomasse o poder na Alemanha, um famoso jurista que dizia: "Ainda bem, há juízes em Berlim". Há promotores no Paraná.

E vou ler para registro nos Anais e para conhecimento da sociedade paranaense um documento que recebi.

(Lê):

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, DE ACIDENTES DO TRABALHO E DE REPARAÇÃO DO DANO RESULTANTE DE CRIME.

Of. 034/90

Curitiba, 02 de março de 1990.

Senhor Deputado.

Cumpre-nos informar a Vossa Excelência que esta Promotoria de Justiça encaminhou expediente, em data de 1º de março p.p., ao Sr Secretário de Estado da Comunicação Social, requisitando, na forma da lei, fossem fornecidas certidões ilustrativas dos gastos do erário estadual junto aos meios de comunicação social.

Confiamos ter, deste modo, avançado no sentido de resguardar o direito à obtenção de certidão a esse respeito, inatendido pela Administração, conforme enunciado por Vossa Excelência.

Apresentamos, nesta ocasião, nossas expressões de distinto apreço.

(aa) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Promotor de Justiça

LINEU WALTER KIRCHNER

Promotor de Justiça

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Promotor de Justiça

Parabéns Ministério Público que ao contrário do Governador, que em um ano e quatro meses não me deu resposta, esta Instituição recebe a minha solicitação no dia 20 de fevereiro, oito dias depois requisita aquilo que é de direito, do cidadão de obter a informação por certidão.

Vamos aguardar mais uma vez o prazo. Já se desrespeitou a Assembléia, já se desrespeitou o cidadão Nereu Massignan, e irão desrespeitar o Ministério Público? Não acredito; porque ainda há Promotores no Paraná, e irão escamotear com despachos do grande especialista em Constituição do Estado Dr. Wagner Pacheco, que ao invés de se ater na análise técnica das suas arguições da inconstitucionalidade de artigos da Constituinte, ironiza o Parlamento, como se isso aqui fosse um amontoado de mo-

leques, este Dr. Wagner Pacheco, terá o mesmo comportamento que teve com este cidadão, de não lhe dar satisfação? Não acredito. Porque ainda há Promotores no Paraná.

Eu espero, não espero, eu confio, que instituição que hoje vem aqui, para que a Assembléia se manifeste sobre a escolha do futuro chefe da instituição, eu acredito que o Ministério Público, dentro do seu mister Constitucional, não vai se deixar vergar perante os poderosos, porque há um Ministério Público, além de fiscal da Lei, de representante da sociedade, não vai se curvar, e não vai se intimidar, pelo simples fato de ter que enfrentar momentaneamente os poderosos de Palácio do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Antes de continuarmos o horário do Expediente, submeto à consideração da Casa, o requerimento do Deputado José Felinto, nos seguintes termos: "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, conforme o artigo 14, parágrafo do Regimento Interno desta Casa, requer após ouvido o Plenário, pedido de licença para tratamento de saúde, por 120 dias, contados a partir de 05 de março do corrente".

Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

Convoco, em decorrência da aprovação do pedido de licença do Deputado José Felinto, na presente sessão, esta presidência em cumprimento ao disposto no parágrafo primeiro do Artigo 60 da Constituição do Estado, convoca a suplente do Deputado Estadual, Senhora Arialba Freire, para que compareça à Mesa e após prestar o compromisso legal, assuma o cargo de Deputada Estadual.

Convoco a Senhora Arialba do Rocio Cordeiro Freire, para proferir o compromisso legal da posse.

A SRA. ARIALBA DO ROCIO CORDEIRO FREIRE -

"Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado, desempenhar fiel e lealmente o Mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná".

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Declaro empossada a deputada Arialba Freire, que passa a integrar a Bancada do PDT.

Convido-a a tomar assento no plenário para o prosseguimento dos trabalhos desta Casa.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Nós saudamos a Deputada Arialba, que vem aumentar a Bancada do PDT, nesta Casa, no dia de ho-

je, ao mesmo tempo em que desejamos um pleno restabelecimento de saúde do Deputado José Felinto.

Eu venho a esta tribuna, hoje, para dizer e trazer a mensagem do Sindicato dos Empregados e Empresas de Urbanização de Curitiba, e relatar a crise em que se encontra a SANEPAR.

A SANEPAR é uma empresa pública, uma empresa pública que é responsável pela água e pelo saneamento básico da população do Estado do Paraná. E neste momento em que tanto se fala na ineficiência das empresas estatais, é fundamental deixar bem claro a todos que a ineficiência das empresas se deve às políticas de Governo.

A SANEPAR tem taxas diferenciadas. A SANEPAR tem taxas subsidiadas, que variam até 64%, sendo que apenas vinte grandes comunidades mantêm o sistema da SANEPAR. O restante das ligações são deficitárias. É justo que o Governo subsidie a água para as populações de baixa renda. Mas, é fundamental que os Governos, também, quando subsidiam, não deixem as empresas quebrarem, não permitam o sucateamento das empresas e aloquem recursos do Tesouro, para fazer frente aos "déficits" que ocorrem nestas empresas. O que não pode é o Governo subsidiar a tarifa de água, não alocar recursos e não pagar o salário adequado dos seus funcionários. Se o Governo assim entende, que é importante o subsídio da tarifa pública, ele deve, então, alocar recursos nas empresas.

Muita gente, hoje, tem falado na privatização. Mas por trás destas questões está o mais grave, que é o meu gerenciamento das empresas. Se fosse tentado vender, hoje, a SANEPAR por uma empresa privada, é claro que o empresário que fosse comprar a SANEPAR, iria tentar colocar a casa em ordem. E colocar a casa em ordem, seria vender a tarifa da empresa pelo custo da tarifa. E em pouco tempo, esta empresa estaria com as suas finanças em ordem.

Está para ocorrer uma greve dos funcionários da SANEPAR. E é importante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que todos os Deputados estejam conscientes disto. A SANEPAR não está reajustando o salário dos seus trabalhadores adequadamente, porque tem "déficit" de caixa. O "déficit" se deve aos subsídios. E o "déficit" se deve porque o Governo estabelece o subsídio, mas não repassa os recursos do Tesouro para cobrir isto. Os funcionários da SANEPAR estão decididos a entrar em greve. Haverá uma assembleia e há que, naturalmente existir compreensão política para fato, porque o que se vai discutir não é o aumento salarial dos funcionários da SANEPAR, mas a continuidade da existência de uma empresa pública necessária.

Depois, as empresas mostram resultados negativos e os pseudo-liberais vêm com os velhos discursos para entregar nas mãos de uns poucos tubarões, empresas do patrimônio público.

Maringá, Londrina, Jacarezinho e outras pagam altas taxas para compensar o subsídio de pequenas cidades. Ora! O subsídio é necessário, o Governo que aloque recursos, que administre, que faça uma administração razoável, pelo menos; que deixe esta propaganda, esta orgia de propaganda diária no rádio e na televisão, que mostre a verdade ao povo e que administre adequadamente os interesses populares, porque amanhã os funcionários da SANEPAR vão discutir a sua situação e nós precisamos da compreensão política e pública, para que não venhamos a fazer críticas reacionárias a pessoas que estão, na verdade, tentando salvar um patrimônio público.

Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença, neste Plenário, do Senhor Euthimio Barreni, Vice-Prefeito de Indianópolis; Vereadora Geni Aparecida Darmin de Vicente, Vereadora de Indianópolis; do Vereador Wilson de Souza Lima, Vereador de Indianópolis; Vereador João Pereira Pinto, também de Indianópolis; e Vereador João Rotta, de Altônia.

Concedemos a palavra ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Em nome da Bancada do PMDB e no exercício da Liderança do Governo, saudamos a ilustre Deputada Arialba, que vem conosco fazer com que esta Casa seja cada vez mais respeitada em todo o Estado do Paraná.

Gostaríamos também em nome da Bancada do PMDB dizer do nosso apoio ao projeto que emancipa Pontal do Paraná. A nossa Bancada sempre tem votado neste sentido, desde que os projetos preencham os requisitos necessários. Então, pela votação da Bancada do PMDB o Projeto de Lei que cria o novo Município de Pontal do Paraná não sofrerá solução de continuidade.

Mas, Senhor Presidente, ouvimos com atenção as palavras do ilustre Deputado Nereu Massignan, que procurava fazer a sua apologia aos membros do Ministério Público, apologia que nós concordamos, nós vemos hoje comporem o Ministério Público pessoas altamente capacitadas, sérias, e que hoje estão tendo todas as condições de realizarem um trabalho digno porque receberam apoio incondicional do Governo Álvaro Dias; que se hoje o Ministério Público aí está demonstrando a sua competência, a

sua capacidade, é porque tem por trás um Governo também competente e sério.

Eu tenho muitos amigos que compõem o Ministério Público e eu sei das dificuldades dos senhores promotores nos Governos anteriores, ganhando uma miséria, sem condições até de sustentarem suas famílias, e onde estava o Deputado Nereu Massignan naquela oportunidade? Fez parte de Governo, não vi levantar a sua voz em favor do Ministério Público, não vi! Onde estava o Deputado Nereu Massignan? Hoje V.Exa. vem aqui fazer apologia, elogiar; isto realmente é muito fácil Deputado Nereu Massignan. Quando nós vemos um órgão realmente com competência, com condições de desenvolver o seu trabalho, é fácil irmos a uma Tribuna e fazermos elogios, principalmente quando vemos neste Plenário muitos componentes do Ministério Público, é muito fácil, é muito bom. V.Exa. por certo voltará outras vezes, quando esta Casa estiver repleta de membros de outros órgãos, elogiar; mas V.Exa. nunca vem dizer das reais necessidades deste ou daquele órgão. Vossa Excelência que foi chefe de gabinete da Casa Civil, que trabalhou pari passu com Governadores, Governadores competentes mas que por certo não fizeram nada ao Ministério Público por que sua assessoria era incompetente, e agora V.Exa. vem elogiar, e nós até aceitamos esses elogios, o órgão realmente merece esses elogios, e nós até ficamos satisfeitos porque temos parcela desses elogios, porque afinal de contas se aí está o Ministério Público com toda força, com todo vigor, é porque por traz deles também tem um Governo sério que está trabalhando com toda força, com todo vigor, dando um respaldo para que o Ministério Público possa realizar o seu trabalho com muita propriedade e com muita decência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela ordem o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em primeiro lugar eu gostaria de registrar a presença aqui de uma comitiva de Santa Bárbara, futuro município de Santa Bárbara do Sul, cujo projeto está sendo apresentado hoje nesta egrégia Casa juntamente com a criação dos municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu. Estes dois últimos se desmembrando do Município sede de Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná.

Em segundo lugar, como fui citado pelo Líder do PMDB, apenas um esclarecimento: o nobre Líder do PMDB exalta o Governador Álvaro Dias que fez tudo pelo Ministério Público; lamento que o Líder do PMDB tenha a memória tão curta, porque na verdade a

instituição do Ministério Público tem hoje suas garantias, tem hoje um vencimento digno como integrante dessa instituição graças aos artigos da Constituição Federal e aos artigos da Constituição Estadual que o Deputado Artagão assinou mas com a vontade, com aquele entusiasmo apaixonado de defesa do Governador, esquece que assinou a Constituição do Paraná que deu essas garantias ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Antes do Grande Expediente vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n° 03/90 de autoria da Comissão Executiva que aprova o nome do Sr. Luiz Chemin Guimarães para o exercício do cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná conforme específica.

Relator Deputado Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Lê o Parecer ao Projeto de Resolução n° 03/90)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa convidou o Dr. Luiz Chemin Guimarães para se submeter a uma sabatina ou a uma sabatinada. Ele vai da tribuna responder a perguntas que lhe forem dirigidas pelos Srs. Deputados, que deverão ser concisas, objetivas e mais ainda, rápidas.

Dr. Luiz Chemin Guimarães está convidado para comparecer na tribuna.

Primeiro orador inscrito para sabatinar o Procurador, Deputado Paulo Furiatti.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - Eminentíssimo Deputado Anibal Khury, ilustre Presidente desta egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, eminentes Deputados da Mesa, eminentes Deputados Estaduais.

Peço desde já licença a esta egrégia Casa para ocupar o microfone desta tribuna, embora não sendo Deputado Estadual.

E preferi usar o microfone da tribuna da Situação, exatamente porque estou sentado com colegas meus, como tenho colegas meus também neste lado, perante os Deputados da Oposição, para demonstrar que o Ministério Público, que como guardião do Regimento democrático tem como seu Partido a Justiça e o exercício pleno da Lei, e como uma homenagem plena do Ministério Público do Paraná, a todos os Deputados desta egrégia Assembléia Legislativa.

Ninguém ignora, posto que isto é público, o grande apreço, estima e consideração que tenho por esta Assembléia Legislativa, como também tenho pelo eminente Governador Álvaro Dias, que, ratificando as palavras do ilustre Deputado Artagão, muito tem feito pela minha Instituição.

Como outros governadores fizeram, o Governador Álvaro Dias fez identicamente e

até muito mais, porque a nossa autonomia hoje reconhecida no nível dos Três Poderes, tanto na esfera administrativa, funcional e financeira, é decorrência da deferência da Assembléia Constituinte do Estado do Paraná e também do ocupante da chefia do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Eu quero rapidamente pedir "vênia" a esta egrégia Casa para tecer rapidíssimas considerações em torno da Instituição que estou pretendendo dirigir, desde que tenha o referendo indispensável desta egrégia Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Chemin, Vossa Excelência, vai se submeter antes à sabatinada aqui dos nossos Deputados.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARAES - Com maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, terá, após isso, os minutos necessários para a explanação geral.

Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Doutor Luiz Chemin Guimarães, no atual momento constitucional que nós estamos vivendo, as questões ecológicas passam hoje por uma série de intervenções e os poluidores, normamente, se acercam de uma série de instrumentos para burlar todo um aparato que se cria, mesmo em termos de legislação. O Ministério Público é uma das garantias de que as leis que protegem o nosso ecossistema podem ser aplicadas na sua totalidade e isenta de todos os tipos de pressões que se fazia e ainda, hoje, se faz naturalmente.

Gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse o papel do Ministério Público nas questões ecológicas e esta independência que está revestido o Ministério Público para atuar com firmeza no cumprimento da lei.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARAES - Com grande satisfação respondo ao eminente Deputado Paulo Furiatti, mesmo agradecendo, por antecipação, a pergunta que gentilmente coloca porque me dá a oportunidade, desde já, de começar a tecer aquelas considerações que pretendia a respeito do Ministério Público.

A nossa definição máxima está inserida no artigo 127 da Constituição Federal e, conseqüentemente, reproduzida na Constituição do nosso Estado. Diz ser o Ministério Público uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurí-

dica, do regime democrático e da defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos.

É exatamente nesta parte final do texto da Constituição Federal que se encontra, basicamente, a resposta à sua indagação, eminente Deputado. Porque é, exatamente, a instituição do Ministério Público que está encarregada de fazer a defesa administrativa e judicial do Meio Ambiente e o Estado do Paraná é vanguardeiro nesta missão.

Nós temos no nosso Estado uma promotoria especial encarregada de velar pela defesa do Meio Ambiente e esta promotoria vem realizando um trabalho da maior envergadura, um desempenho extraordinário, apesar da sua infra-estrutura extremamente precária. O Ministério Público, diga-se "a latera" onde os seus homens têm a capacidade é o desejo de trabalhar mas não tem ainda uma infra-estrutura que possa dar uma atividade mais eficaz. Independentemente disso essa promotoria vem atuando não apenas na Capital do Estado ou na Grande Curitiba, mas no interior também, promovendo ações judiciais contra pessoas que degradam o Meio Ambiente como um todo e o resultado tem sido o mais auspicioso que se possa imaginar.

É evidente que muito ainda precisa ser feito para que o nosso Meio Ambiente seja, deveras, ainda mais protegido. É exatamente este o propósito que o Ministério Público do Paraná tem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu não vou fazer perguntas a Vossa Excelência.

Eu gostaria de dizer apenas que tenho muito prazer, muita satisfação, de referendar o seu nome como Procurador Geral da Justiça.

Acredito que esta satisfação que sinto seja a satisfação que sente cada um dos meus colegas de Bancada.

Conhecer como eu o conheço desde os bancos escolares, sua atuação pelos mais diversos órgãos públicos do Paraná; conhecer como eu o conheço pessoalmente como homem, como chefe de família, nos dá a certeza e a tranqüilidade de que Vossa Excelência terá e dará dois anos de paz, dois anos de tranqüilidade e dois anos de grande competência à Procuradoria Geral da Justiça do Paraná.

Eu gostaria de destacar não perguntas, mas a satisfação que sinto, mesmo porque Vossa Excelência nos últimos tempos que exerceu já essa função, o fez com muita dignidade, com muita competência e nós que acompanhamos este seu trabalho, temos a

satisfação de poder dizer neste momento e de público deste prazer que nós sentimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, ilustre Doutor Luiz Chamin Guimarães, digno Promotor que integra hoje como Procurador, cujo currículo por todos conhecido e elogiado, eu gostaria de, dentro desta proposta que foi de Vossa Excelência de instruir a Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais, Acidentes de Trabalho, Dano por Crime que foi instalada em Curitiba, cujo desempenho merece os maiores elogios, eu citaria, além do que eu citei hoje aqui na tribuna e Vossa Excelência teve oportunidade de ouvir, eu citaria a intervenção desta Promotoria na questão dos pedidos de intervenção federal e de despejo que estava para ocorrer em relação aos sem-terra, quando esta Promotoria interveio demonstrando que a competência da justiça estadual já estava esgotada e que esta competência se transpunha já para a justiça federal.

Tive a oportunidade inclusive de acompanhar um dos representantes desta Promotoria junto ao Incra e cujo resultado todos nós sabemos. Eliminou aquela tensão social que havia na época, evidentemente não solucionou o problema dos sem-terra, da reforma agrária, mas deu encaminhamento jurídico adequado para aquele momento.

Temos visto a preocupação com o meio ambiente, com acidente do trabalho, enfim merece o respeito da sociedade paranaense esta iniciativa e meus cumprimentos a Vossa Excelência, a instituição que representa e aos promotores que a integram.

Eu faria a seguinte indagação: seria possível o Ministério Público pensar numa descentralização desta Promotoria, isto é necessário ou esta Promotoria apenas na Capital resolve esta questão ou poderíamos imaginar que os promotores da região do sudoeste por exemplo, dentre eles três ou quatro pudessem integrar, em sistema de rodízio, enfim algo parecido com o que se implantou aqui em Curitiba?

O SR. LUIZ CHAMIN GUIMARÃES - Com grande satisfação, eminente Deputado Anibal Khury, peço licença para responder ao Deputado Nereu Massignan, que por igual me concede uma belíssima oportunidade de dizer algumas palavras a respeito deste órgão do Ministério Público, que foi deveras recentemente criado, mas propriamente a partir da vigência da Constituição Federal.

Nos criamos esta Promotoria que leva o nome de Promotoria Especial de Defesa dos

Direitos Constitucionais, onde acoplamos ainda, pela falta de uma melhor estrutura, a Promotoria de Acidentes do Trabalho e de reparação cível resultante de crime às pessoas economicamente carentes, eu informo a Vossa Excelência e aos eminentes Pares que se encontram nesta Casa, de que esta Promotoria está imbuída do melhor dos propósitos em fazer a defesa dos direitos, não apenas dos cidadãos, mas de entidades que porventura possam merecer o amparo da proteção jurídica da nossa instituição.

Com grande prazer que destaco a atuação que esta Promotoria vem fazendo em relação à defesa das pessoas mais carentes, inclusive das populações indígenas e até dos sem-terra, como foi mencionado pelo eminente Deputado Massignan, porque nós entendemos que o direito de propriedade há que ser logicamente preservado, posto que este é um princípio constitucional. Entretanto, é também da Constituição o princípio de que o direito de propriedade tem que observar o seu lado social. E a questão dos sem-terra, pelo menos de uma parte ou de uma maioria deles, muito mais do que um problema de direito de propriedade ou de um problema social é um problema humanitário, e conseqüentemente, através do exame e da aplicação da lei é que essa Promotoria vem realizando um trabalho no sentido de levar a sua cota de contribuição em busca de uma solução que possa atender ao proprietário da terra invadida e também ao colono que lá se encontra, juntamente com a sua família.

Então, essa Promotoria está atuando hoje com grande ênfase na Capital do Estado, mas já com uma projeção de atuação também idêntica no interior. Quando estava ocupando o cargo de Procurador Geral de Justiça já havia adotado providências para que idêntica Promotoria fosse instalada na Comarca de Londrina, o que vai acontecer nos próximos dias. Como de resto nas Comarcas do interior que são de entrância final e em contrapartida e paulativamente idêntica atuação de todas as promotorias, enfim, que contarão para o desempenho de suas funções que vão além do expediente cotidiano com o apoio da Promotoria Especial da Comarca de Curitiba. Os Promotores que aqui trabalham já estão devidamente preparados pelo estudo e pelo trabalho incansável para realizar esse tipo de apoio a todas as promotorias do interior. O Ministério Público tem esta grande vantagem de ser uma instituição extremamente capilar, porque atua onde estiver o homem, independentemente de ser aquela localidade comarca ou não. De tal forma, Deputado Nereu, que eu digo a Vossa Excelência, que esse trabalho que Vossa Excelência está sugerindo já é objeto de preocupação da Procuradoria Geral da Justiça para que to-

dos os cidadãos do Paraná possam ter efetivamente o apoio do Ministério Público também nesta parte de defesa dos seus direitos que são assegurados pela Legislação e pela Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Erondy Silvério com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não solicitei a palavra propriamente para sabatiná-lo porque a vida de V.Exa. quase toda dedicada às causas públicas o credenciam sobremaneira para as elevadas funções que foi indicado pelo Governador do Estado e que esta Assembléia por certo ratificará. Mas, eu vi há poucos dias um Parecer ou uma entrevista de V.Exa. em que V.Exa. achava, dentro do ponto de vista jurídico, perfeitamente normal o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de Curitiba por uma moeda fictícia que é a BTNF. Eu gostaria nesta oportunidade de fazer um apelo a V.Exa. para que V.Exa., através da Promotoria Especializada, realize novamente estudos porque eu não sinto que a letra da Constituição Federal se aplica aos municípios no tocante a tributos. E nós estamos assistindo a um imposto expulsório da propriedade curitibana. Um verdadeiro massacre que se comete contra a população da cidade. Uma população que em apenas doze dias deu 51% dos votos ao atual Prefeito. É o coração curitibano sendo pisado, sendo esmagado pela fúria fiscal. Os jornais de hoje publicam um suicídio de um cidadão de 77 anos que recebia 1.255,00 cruzados de aposentadoria e teve o seu IPTU estimado em 17 mil cruzados. Os vencimentos anuais desse cidadão não dariam sequer para pagar o imposto. Esse cidadão que viveu toda a sua existência dentro da sua casinha, acabou cometendo suicídio. E nós sabemos que a função principal da Procuradoria da Justiça é a defesa da população, é a defesa das pessoas humildes, daquelas pessoas que não podem pagar advogados, aquelas pessoas que são esmagadas pela prepotência do dígito.

Então, eu faria nesta oportunidade um apelo a V.Exa. para que reveja essa posição da Procuradoria Geral da Justiça. Porque eu acho que tem que se encontrar um caminho para a defesa do povo curitibano. Eu admito que existe defasagem em diversas propriedades dentro de Curitiba, agora, os lançamentos não podem ser feitos através de uma máquina fria, insensível de um computador que mede a área geográfica e que lança o imposto sem fazer a análise humana de cada lançamento. O computador é impessoal. O Prefeito é uma pessoa que recebeu os votos do "coração curitibano", agiu dessa forma erroneamente. Nós reconhecemos nesta oportunidade a

capacidade do Prefeito de Curitiba, a sua condição de "Arquiteto do Mundo", é um homem que extrapolou as fronteiras de Curitiba pela sua inteligência, pela sua capacidade de trabalho, mas, mal assessorado ou não, eu não acredito nessa demagogia de mal assessorado, ele cometeu um crime contra a população de Curitiba e cabe à Procuradoria Geral do Estado a defesa da população de Curitiba e cabe à Procuradoria Geral do Estado a defesa da população curitibana.

É esse o apelo que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A fim de que se ordene com normalidade os trabalhos, eu sugeri ao Dr. Chemin que na sua explanação final respondesse as indagações dos Srs. Deputados.

O Deputado Valderi Vilela com a palavra.

O SR. VALDERI VILELA - Nobre Procurador da Justiça.

Inicialmente gostaríamos de cumprimentar aos integrantes do Ministério Público do Paraná que, maciçamente, o elegeram Procurador Geral da Justiça. A Justiça foi feita e V.Exa. realmente merece ocupar o cargo que ocupou até há poucos dias por mais um período de dois anos, agora de uma forma democrática.

Mas, nós gostaríamos de lhe perguntar como se sente hoje o Ministério Público em função da nova legislação federal, da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Paraná no que se refere à autonomia - administrativa, legislativa, o que isso melhorou aos integrantes do Ministério Público e o que isso traz de novo para o povo do Paraná, especialmente no nosso caso, ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Dr. Luiz Chemin, nós, após a promulgação da Constituição do Estado do Paraná estamos com algumas preocupações.

Gostaria de saber da Vossa posição, quando na Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, com relação às várias arguições de inconstitucionalidade da Carta Estadual inclusive encaminhadas pela Procuradoria a Brasília ou então por segmentos organizados que nos preocupa com relação à questão da autonomia da própria Carta Estadual.

Eu gostaria de saber da sua posição com relação a essas arguições.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Antônio Costenaro

Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Dr. Luiz Chemin Guimarães. Eu quero transmitir, em nome da Bancada do PFL do Paraná, as nossas felicitações pela indicação de V.Exa. nesse importante cargo da Justiça do Paraná, como Procurador Geral da Justiça, cargo que já vinha ocupando e naturalmente desempenhando para satisfação de todos nós, paranaenses e do Ministério Público: porque senão tinham novamente lhe indicado pela maioria de votos. Acredito eu que ficou fortalecido o Ministério Público e a Justiça do Paraná com a manutenção do nome de V.Exa. neste importante cargo. Desejamos a V.Exa. todo o sucesso na continuidade do trabalho importante que vem desenvolvendo em favor dos paranaenses. E me orgulho de poder referendar o nome de V.Exa. aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI - Sr. Presidente, não poderíamos neste momento deixar de cumprimentar não somente o Ministério Público, a Justiça, mas cumprimentar o Paraná, pela escolha acertadíssima no nosso entendimento, no nosso ponto de vista, porque o Paraná conhece o trabalho do Dr. Luiz Chemin Guimarães. Mas nós tivemos o privilégio, a satisfação de conviver com esta eminente figura já nos idos do tempo de infância de Porto Amazonas, do Rio Iguaçu e podemos dizer que já naquela época os familiares do Dr. Chemin prestavam grandes e relevantes serviços à comunidade de Porto Amazonas e, porque não dizer, do Sul do Paraná.

Os nossos cumprimentos e sem aquela colocação feita pelo Presidente da "sabatina" nós só queríamos aproveitar a oportunidade para rapidamente fazer uma pergunta ao Dr. Luiz Chemin Guimarães já que percebemos que o Paraná há alguns meses atrás foi assaltado pelos "bingões". Bingão de todo o tipo, bingão eletrônico ... que me parece, - não sou advogado, mas me parece que é contravenção penal. Perguntaria, é realmente ou não uma contravenção penal?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, caro companheiro Dr. Luiz Chemin Guimarães, o meu princípio de coerência não me permi-

te ficar calado neste momento, principalmente após o Deputado Erondy Silvério ter citado o problema do IPTU. Acho que nesta cidade não tem ninguém sofrendo mais em consequência deste famigerado IPTU do que o próprio Vice-Prefeito da Capital do Estado. V.Sa. já deu um parecer dizendo que todos os cálculos foram feitos dentro da legalidade.

Mesmo assim, e fazendo minhas as palavras do Deputado Erondy Silvério, e fazendo suas as palavras também, entendemos que infelizmente faltou a sensibilidade, faltou o lado político neste momento.

Então peço também a V.Exa., talvez não na condição de Vice-Prefeito, mas de Deputado, um homem desta cidade, e também contribuinte do IPTU, por que não, e recebi o meu sábado por sinal, não precisei enfrentar as filas da Prefeitura, pediria a V.Exa. um novo estudo, um novo parecer, alguma coisa que possa rever esta posição, até onde existe erro por parte da Secretaria da Fazenda da Prefeitura. Aproveito para dizer a todos aqui que já encaminhei uma nota à imprensa hoje pedindo a punição do Secretário de Finanças, Sr. Aldo de Almeida Júnior, por entender que faltou sensibilidade, faltou distinção política em relação aos critérios utilizados para a implantação e para a recuperação do IPTU. Faço um apelo a V.Sa. no sentido de uma nova análise desta situação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A palavra final com o Dr. Luiz Chemin Guimarães.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - Eminente Deputado Presidente, eminentes Deputados. É com grande satisfação que respondo a todas as perguntas que me honraram, partidas dos eminentes Deputados, iniciando pelo Deputado Erondy Silvério, homem público cuja folha de serviço é das mais extensas que conheço.

O que o Deputado Erondy Silvério tem feito pelo povo do Paraná, nesta Casa, é algo digno efetivamente dos mais puros encômios e elogios. Tenho por Vossa Excelência, Deputado Erondy, uma estima muito grande. E é por isso que, respondendo a sua pergunta a respeito do Imposto Municipal da cidade de Curitiba, gostaria de pedir vênica para lembrar que em relação ao Ministério Público há três categorias de pessoas. Duas que abominam essa Instituição, que querem vê-la extinta. Em primeiro lugar são os ignorantes porque não a conhecem, e em segundo os desonestos e criminosos porque a conhecem muito bem. E há uma outra categoria de pessoas que enaltecem e querem bem a Instituição a que sirvo, que são as pessoas honestas, corretas

e que querem tudo feito dentro de um espírito de fraternidade e de legalidade, como é Vossa Excelência e o Prefeito da cidade de Curitiba. Refiro-me, obviamente, ao Senhor Jaime Lerner e Algaci Túlio. E tenho certeza de que com esta terceira categoria de pessoas em relação ao Ministério Público teremos amplas condições de reatar o diálogo. E se algo de dúvida ainda paira em relação à lisura com que foi lançado o IPTU nesta cidade e como qualquer outra do Estado do Paraná estará o Ministério Público à disposição e a serviço da comunidade paranaense para manter inicialmente diálogos com os prefeitos e depois a adotar providências que eventualmente se façam necessárias.

Com satisfação respondo ao eminente Deputado Valderi Vilela, a respeito de que vem se comportando o Ministério Público em relação à conquistada autonomia nas diferentes esferas a partir da Constituição Federal.

Deveras, Deputado Vilela, a Constituição Federal, mercê do trabalho magnífico do Deputado Constituinte brasileiro, e muito especialmente dos que eram do Paraná, o Ministério Público brasileiro conseguiu um lugar de real destaque na Carta Magna. Creio tenha sido a Instituição que teve maior avanço na Constituição de 1988. E esta autonomia funcional, administrativa e financeira é hoje uma realidade no Estado do Paraná. E digo que isto hoje se tornou possível graças à compreensão dos eminentes deputados estaduais constituintes que numa demonstração de amor à causa pública e de integrantes daquela terceira categoria a que acabo de me referir, a dos homens de bem, não temeram de estender à letra da Constituição Federal à Constituição Estadual e deram ao Ministério Público também a autonomia financeira. De modo que temos hoje neste tripé esta plena autonomia que nos dá condições de independência para uma atuação efetiva em qualquer área, em qualquer setor, tanto na esfera penal, civil ou administrativa, ou ainda em acordos que se façam necessários na esfera administrativa com muito destaque, como vem acontecendo na Promotoria de Defesa do Consumidor. E esta autonomia, eminente Deputado Valderi Vilela, em verdade para decolar, permita-me a expressão do texto da Constituição, necessitou da compreensão de eminentes autoridades, tanto deste Parlamento quanto do Executivo.

E eu quero de público reconhecer o trabalho desenvolvido durante a elaboração da nossa Constituição pelos Deputados do Paraná que sempre estiveram com suas portas abertas aos promotores que aqui vinham, ao Presidente da nossa Associação, Promotor Milton de Macedo e a todos enfim, que vieram bater as suas portas e foram

atendidos.

Gostaria de externar agora nesta oportunidade, já por uma segunda vez, o nosso preito de gratidão, porque foram os Deputados Estaduais Constituintes que consagraram no texto da Constituição a nossa autonomia, e também quero por um princípio de justiça que reje o exercício da nossa atividade funcional, agradecer publicamente ao eminente Governador Álvaro Dias, que reconheceu de pronto esta autonomia que foi consagrada no texto das Constituições e sem nenhum receio, sem nenhuma outra qualquer preocupação, em audiência comigo disse-me: transmita a seus colegas, que a autonomia do Ministério Público está perfeitamente reconhecida no meu Governo, e eu quero que o Ministério Público, com essa autonomia possa eficazmente desenvolver as suas atividades. De modo que são, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo do Estado, os agradecimentos da instituição do Ministério Público através da minha pessoa, autonomia da nossa instituição está consagrada no Estado do Paraná. E, digo isso, com satisfação, com orgulho e até ufanando porque posso até dizer, que nem todos os Estados, muito pelo contrário, pouquíssimos Estados da Federação brasileira, conseguiram galgar este degrau de elevação funcional, tirante o Estado de São Paulo, não estou enxergando no momento nenhum outro Estado. Então o Paraná também aqui tem sido vanguardeiro. Autonomia, Deputado Valderi Vilela, graças a Vossa Excelência e aos demais Deputados e ao Governador Álvaro Dias, realmente é uma raridade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos a indicação...

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARAES - Eu pediria vênica, se possível, em relação ao tempo, e sendo o mais breve possível de responder ainda mais duas ou três perguntas, se Vossa Excelência pela maneira nobre com que dirige esta egrégia Casa, me conceder mais alguns minutos, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Teremos prazer em ouvi-lo mais alguns minutos.

O SR. LUIZ CHEMIN GUIMARAES - O Deputado Haroldo Ferreira, prezado Deputado do nosso querido Sudoeste do Paraná, com quem tive o prazer de viajar até Francisco Beltrão, certa feita, digo que a minha posição, pessoal em relação às ações de declarações de inconstitucionalidade de texto da carta do Estado, promovidas pelo Governo do Paraná, em verdade significam o exercício não apenas da democracia, mas o exercício que deve ser feito por todos os cidadãos na busca daquilo que se entenda

como sendo o seu direito. Isso não fere, no meu modo pessoal de entender, peço vênia, deixar claro, a autonomia dos poderes. Mas, antes confirma esta autonomia que deve existir com independência, mas com harmonia.

Na medida como já disse um célebre jurista alemão R. Von Ihering, "as pessoas procuram defender os direitos que lhe parecem devidos"; estão estas pessoas a demonstrar exatamente a dimensão do seu caráter. Se o Governo do Estado entendeu de procurar a manifestação dos tribunais superiores para o exame do texto da Constituição Estadual, acho que fez no exercício desse direito em busca do pronunciamento da justiça, sobre aquilo que se está entendendo, como sendo possível de exame, por parte do Poder Judiciário.

Ao Deputado Antônio Costenaro Neto, eu quero externar os meus agradecimentos pelas manifestações tão gentis proferidas a meu respeito, bem sei que não as mereço, mas receba Deputado Costenaro, o meu reconhecimento também deste preito de gratidão pela manifestação tão carinhosa, que me foi deferida nesta Assembléia por Vossa Excelência, como por igual ao Deputado Acir Mezzadri, que como ele mesmo ressaltou, somos amigos de infância da nossa querida Porto Amazonas, da nossa pequenina bucólica, mas querida Porto Amazonas, que ele tão bem representa na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado Deputado Mezzadri, quebrando o protocolo, aceite você e os seus familiares um forte abraço de amigo de infância amizade que se prolongou pela adolescência e que se mantém firme já, eu pelo menos, me avizinando da terceira idade.

Muito obrigado.

E digo que em relação ao "bingão" a indagação de Vossa Excelência é em tom de dúvida, e deve ser repondida em tom de afirmação. O "bingo", apesar de ser do agrado popular, como é o chamado "jogo do bicho", significa uma contravenção penal. E as manifestações práticas desta contravenção penal, que são notoriamente conhecidas, estão portanto a ferir o Texto da Legislação Federal. É uma Legislação que eu reconheço anacrônica, antiquada, e que está mesmo a necessitar a sua revisão. Espero que algum Deputado Estadual ou algum Senador obtenha sucesso em revogar o texto desta disposição da Lei das Contravenções Penais, para que esta prática possa ser convertida em legalidade. Mas, atualmente, é uma prática proibida, é uma contravenção penal, e tem havido pronunciamentos do Egrégio Poder Judiciário, no sentido de liminarmente autorizar o jogo, temendo os respectivos desembargadores que assim entenderam, repercussões negativas na esfera

social, de qualquer sorte é uma prática proibida. E dentro da nossa esfera de atribuição foram adotadas providências para que fosse proibida a realização desta contravenção, por motivos os mais evidentes. Entretanto, por decisão do Poder Judiciário, está sendo revista, embora de forma inócua, posto que os jogos já se realizaram. Isto foi o que efetivamente aconteceu.

Então, encerrando a sua pergunta, eu digo que o "bingão", o "jogo do bicho" e outras que tais são proibidas. Mas, como é do agrado do povo, nem sempre as coisas funcionam a contento e "vistas grossas" são feitas e a contravenção penal é realizada.

Deputado Algaci Túlio, encerrando as perguntas, eu quero também externar a Vossa Excelência, afinal, o meu mais profundo agradecimento pela carinhosa manifestação que proferiu da Tribuna que ocupou há poucos instantes. Reconheço em Vossa Excelência um repórter policial, como Vossa Excelência se orgulha de se intitular, de escola dos mais sérios, dos mais competentes, e o que é importante nesta atividade da nossa imprensa, um repórter policial correto e honesto, que noticia aquilo que acontece, sem distorção.

Muito obrigado, Deputado, vice-Prefeito de Curitiba, por estas manifestações de carinho dirigidas a minha pessoa.

E sei, Deputado Anibal Khury, que já estou me tornando maçante, mas apenas queria, enfim, dizer a Vossa Excelência do reconhecimento do Ministério Público por tudo e por tanto que o eminente Deputado Anibal Khury tem feito pelo Ministério Público. O sucesso que tivemos, na caminhada dentro da Assembléia Legislativa do Paraná eu atribuo em grande parte, mas em grande parte mesmo, a grandeza de trato deste notável homem público que é Vossa Excelência. Muito obrigado, Deputado Anibal Khury, por tudo e por tanto e por ter-me dado a oportunidade de usar deste microfone, que pertence exclusivamente aos Deputados e este microfone que dos queridos Deputados da Situação, e de pedir a compreensão, mais uma vez, de aqui representando uma instituição cuja chefia pretendo ocupar, desde que me autorizem, demonstrar assim que nós estamos aqui em homenagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de todos os seus Deputados.

Portanto, numa singela demonstração de respeito a esta Casa é que preferi usar o microfone da Situação, em homenagem aos eminentes Deputados da Situação, sentando-me junto com colegas, assim como outros que aqui estão, ao lado dos Deputados da Oposição. Respeitando a democracia, porque Deputado e Promotor são pessoas que muito

têm a ver, porque são ocupantes de funções públicas que se assemelham. O Promotor atua dentro do Direito e também dentro da política. Assim como o Deputado faz a política, por excelência, dentro do Direito.

Muito obrigado e peço a Vossa Excelência vossa compreensão e agradeço mais uma vez à Mesa e à eminência da Presidência, a tolerância com que houveram em ouvir as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente teremos a palavra do ilustre orador, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quarta-feira passada tivemos a oportunidade de presenciar aqui no Centro Cívico uma confusão geral causada pela desconsideração das autoridades federais, estaduais e municipais ao público.

Em razão dos feriados ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior para suspender a Sessão por cinco minutos, a fim de que os Senhores Deputados possam cumprimentar o nobre e ilustre Procurador Geral da Justiça sem prejuízo da sua oração.

(É suspensa a Sessão por cinco minutos).

Está reaberta a Sessão.

Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, Senhor Presidente, e prossequindo o nosso raciocínio neste Grande Expediente, eu quero dedicar as nossas palavras à população carente e tão sofrida da Cidade de Curitiba e de outras cidades onde o IPTU teve um aumento exorbitante em nosso Estado.

(Lê):

Quarta-feira passada, tivemos a oportunidade de presenciar, aqui no Centro Cívico, confusão geral causada pela desconsideração das autoridades federais, estaduais e municipais ao público.

Em razão dos feriados, deveria ser previsto o acúmulo dos serviços bancários no reinício das atividades das instituições de crédito. Mas, o que se observou, foi total descaso ao público, a partir do Banco Central até chegar às autoridades municipais.

As longas filas começaram a se formar às portas dos bancos, pouco antes do meio-dia, pois, esse era o horário anunciado para que abrissem suas portas. Mas, segunda se houve, houve uma "contra-ordem" e a reabertura somente aconteceu às 13,00 ho-

ras.

Tratando-se do último dia do mês, com vencimento de diversos compromissos da população, em especial dos contribuintes de serviços públicos, restou aos usuários, aproximadamente três horas para tratarem de interesses naquela tarde.

Paralelamente, teriam que reassumir suas atividades nos locais de trabalho e verificar as contas a pagar.

Entre essas contas, estavam as tarifas pelo uso de telefones e os tributos municipais IPTU e ISS.

Se houve imprevisão por parte do Banco Central, a omissão da Telepar também foi fato notório, pois, além de deixar de enviar extrato do lançamento da conta mensal aos usuários de seus serviços, não pensou em tratar da prorrogação do prazo para pagamento naquele dia.

Para saber quanto deveria pagar pelo uso do telefone, o contribuinte, frustrado por receber, pela manhã, um aviso gravado, de que somente seria atendido depois das 13,30 horas, e não conseguir completar a ligação a partir de tal horário, por acúmulo de serviço, teve que enfrentar filas enormes nos Bancos, aumentando a confusão, pois, aos Caixas caberia a tarefa de lhes dizer o valor da conta mensal, e esperar pelo preenchimento dos cheques, em demoradas operações.

Enquanto isso, a Prefeitura Municipal de Curitiba não se definia quanto ao critério de cobrança para o ISS e IPTU, cujos talões de lançamento não haviam sido entregues a tempo, devido a um atraso na sua confecção, que teria sido levada a efeito numa gráfica localizada no vizinho Estado de São Paulo.

As filas para retirada dos talões do referido imposto chegaram a dar mais de uma volta na quadra em que está localizado o prédio da Prefeitura, e, muitos dos contribuintes que para lá se dirigiram nada encontraram, pois, como foi divulgado posteriormente, parte dos talões ainda não estavam prontos.

Desta Casa, podíamos observar as filas que se formavam junto à Prefeitura Municipal de Curitiba e aos Bancos mais próximos.

Enquanto o estabelecimento oficial de crédito do Estado exigia o pagamento dos impostos municipais em BTN's, por orientação emanada do Paço Municipal, outros estabelecimentos aceitavam a sua quitação pela BTN cheia do mês. A confusão era geral.

Na realidade, os tais impressos, confeccionados em São Paulo, trazem o lançamento dos impostos em BTNs e não BTN's, motivando o justo posicionamento dos contribuintes e dos Bancos que receberam os tributos, em recusarem a conversão dos valo-

res na BTNF do dia.

No limiar da tarde, quase na hora do fechamento dos Bancos, chega o telex oriundo da Prefeitura Municipal dispondo que a cobrança deveria ser procedida apenas em BTNF, quando, àquela altura, milhares de pessoas já o haviam pago em BTN.

Mas, para complicar, no dia seguinte aparecem atitudes dadas como "oficiais" por parte da Prefeitura e da Telepar. Esta última, tomando uma providência atrasada, permitindo o pagamento da conta dos telefones até aquela data (hoje), temos ciência de que os avisos não foram entregues aos usuários a tempo, embora estivesse, sujeitos a pesada multa e correção monetária, seguida de corte de ligação, num prazo de apenas dez dias, a contar de 25 de fevereiro.

No tocante à Prefeitura, a confirmação de que não houve tempo para entrega de todos os talões e que faria plantão para que os próprios contribuintes fossem buscá-los no Centro Cívico no final de semana ...

Paralelamente, a notícia de que a primeira prestação, cujo vencimento está previsto para o dia 10 do corrente mês poderá ser paga em BTN e que a quitação total do tributo referente a 1990 poderá ser feita com desconto de 10% até o dia 15 e calculada em BTN cheia do mês de março.

Ocorre, Senhores Deputados, que o problema do IPTU desta capital não se resume no atraso do lançamento ou de sua conversão em BTN ou BTNF.

A Prefeitura Municipal tolheu o direito dos contribuintes que queriam quitar a anuidade pela BTN do dia 18 de fevereiro, através de telex enviado aos Bancos e de comunicação feito ao estabelecimento de crédito oficial do Estado.

Não se pode adotar, de ofício, e sem autorização legislativa, dois pesos e duas medidas. Se o pagamento do imposto pode ser feito até o dia 15 de março pela BTN cheia do mês, também poderia ser feito pela BTN cheia de fevereiro no dia 28. A sua não aceitação, por parte do Município, gerou a correção de aproximadamente 75% no cálculo do imposto, o qual, ainda que congelado pela BTN do dia 1º, estará 50% mais caro no dia do seu pagamento.

Por outro lado, não esclareceu como devem proceder os contribuintes que o quitaram antecipadamente, pelo cálculo da BTNF.

Mas, como dissemos, não se resume na forma de cálculo o único problema do IPTU de Curitiba. O seu reajuste foi excessivo, em vários casos.

Temos conhecimento de alugueres de imóveis que ficarão abaixo do valor mensal do IPTU.

Temos conhecimento de lançamentos das taxas de lixo e de iluminação pública no

mesmo valor atribuído ao IPTU.

Da mesma forma, temos conhecimento de lançamentos onde essas mesmas taxas correspondem a 50% do valor do referido tributo.

Isso, Senhores Deputados, nos parece inconstitucional!

A base de cálculo do imposto, como se sabe, é o valor venal do imóvel, do que se valeu o Município para onerar, de forma descabida grande parte de seus contribuintes. Mas, essa mesma base de cálculo, com a devida vênia, não pode ser adotada para se chegar ao lançamento das taxas de coleta de lixo e de iluminação pública.

Na semana passada, denunciemos o caso da Senhora Alzira Stindelin, viúva, com 67 anos de idade, proprietária de uma pequena casa, com 65 metros quadrados, localizada no bairro Cristo Rei, em terreno que mede 160 metros quadrados, que pagou, no ano passado, Cz\$ 72,00 de imposto e agora terá que pagar NCz\$ 8.400,00. Dona Alzira, Senhores Deputados, recebe uma pensão mensal do INPS de Ncz\$ 1.200,00

Casos semelhantes a esse, podemos encontrar aqui mesmo nesta Casa, e, principalmente entre os servidores públicos do Estado, os quais como é de nosso conhecimento, estão sob a égide de um Plano Salarial que não lhes dá reajuste mensais compatíveis com a BTN e, muito menos com a BTNF. Como irão pagar o imposto de suas casas?

E, fazemos notar que esse questionamento é válido para casas alugadas.

Uma professora, que ganhava três salários mínimos no início do atual governo, está ganhando, hoje, aproximadamente um salário e não terá reajustes compatíveis com a BTN. Dona Orlandina, por exemplo, que conseguiu reduzir os encargos locatícios de sua moradia argumentando que não ganha mais os três salários básicos, terá que arcar com IPTU equivalente a 50% do valor locatício já reduzido proporcionalmente ao seu ganho atual, pois, se o proprietário do imóvel pagar o tributo e continuar a cobrar o valor proporcional ao seu ganho mensal como professora, receberá, apenas, um aluguel correspondente ao imposto mensal do imóvel.

O assunto deve ser repensado com urgência! Como disse o nobre Deputado e Vice-Prefeito Algaci Túlio.

Senhor Presidente, sugerimos que seja, e sugerimos também à Câmara Municipal, através do nosso Partido o Partido Liberal.

Sugerimos que seja reduzida a alíquota para o corrente exercício, o que é permitido por nossa legislação, bem como se esqueeça, em definitivo, da cobrança pelo valor da BTNF.

Caso a municipalidade persista em seu

intento de continuar cobrando os valores lançados de forma a causar graves problemas de ordem social, teremos que recorrer a uma Ação Popular.

As administradoras de imóveis, por sua vez, já estão alertando os locatários, que não terão possibilidade de cobrar o aluguel junto com os impostos e, no mesmo dia, quitá-los em BTNF. Sempre haverá uma cobrança adicional, ou será exigido um depósito prévio para cobrir a diferença que será paga a maior. É justo que isso aconteça?

Temos pouco mais de uma semana para evitar que esses problemas se agravem. O assunto não diz respeito somente aos contribuintes desta capital, e não está afetada, portanto, ao âmbito restrito da Câmara Municipal de Curitiba e à Prefeitura.

Esta Casa deve zelar pelo cumprimento dos dispositivos que asseguram os direitos dos cidadãos paranaenses na Constituição do Estado e na Constituição Federal!

Não podemos permitir que uma crise social aconteça na capital do Paraná em razão da cobrança do IPTU em valores insuportáveis aos contribuintes.

Não pretendemos discutir se os valores venais atribuídos aos imóveis estão abaixo do valor real ou se o critério parte de uma premissa aparentemente correta. Estamos indagando, apenas, se haverá ou não possibilidade de gerar uma crise social. Caso afirmativo, exigimos, como representante de parte da população desta capital, que se procure um critério mais justo e humano, com urgência!

Para finalizar, vamos ler, na íntegra, notícia publicada no conceituado jornal "Gazeta do Povo", sob o título "IPTU tido como a causa de suicídio", o qual, por si só, vem confirmar a grave denúncia que estamos fazendo quanto aos problemas de ordem social que estão sendo gerados pelo famigerado tributo e a necessidade de sua reformulação, para evitar danos maiores. Diz a notícia:

"Curitiba, segunda-feira, 05.03.90.

"IPTU tido como a causa de suicídio.

Irritado e deprimido com a quantia que teria que desembolsar para efetuar o pagamento do IPTU, o russo naturalizado Albert Penner, de 77 anos, suicidou-se, disparando um tiro de revólver na cabeça. O triste episódio foi presenciado pelo seu amigo Hermann Neufeld, administrador da Associação Cristã Menonita, no bairro do Xaxim, onde a vítima estava atualmente residindo.

Albert Penner chegou a ser internado no Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, onde acabou morrendo no sábado pela manhã, quando ainda estava sendo preparado para a cirurgia. A ocorrência, inclusive referindo-se ao IPTU, como um dos

principais motivos de seu gesto extremo encontra-se registrada na Delegacia de Homicídios. Foi o Senhor Herman Neufeld quem contou que na sexta-feira os familiares de Albert estiveram visitando na associação localizada no bairro do Xaxim. Durante a ocasião exibiram o carnê do IPTU, com Albert reclamando na oportunidade sobre o elevado valor que teria que desembolsar para pagar o imposto.

A partir deste momento, ainda segundo o administrador, Albert ficou muito nervoso e deprimido, vindo a cometer o suicídio no sábado pela manhã, usando para tanto o seu revólver calibre 22. O projétil transfixiante foi encontrado pela polícia e encaminhado para o Instituto de Criminalística, que terá determinado prazo para elaborar os laudos.

Apesar do grande número de reclamações motivadas pelo alto valor do imposto, este foi o mais trágico modo de protestar contra a medida", finalizou um policial daquela especializada."

Nobres Pares, atuando com muita dedicação e muita coragem, junto à Presidência da Comissão de Defesa do Contribuinte e me sinto muito à vontade em falar do assunto como este que envolve a nossa Capital.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Lindolfo Júnior, ouvimos com atenção as ponderações apresentadas por Vossa Excelência e acompanhamos também o trabalho que Vossa Excelência desenvolveu frente à Comissão de Defesa do Contribuinte.

Aliás, a defesa do contribuinte se constitui em um dos pontos do Partido Liberal.

O Deputado Federal Afif Domingos tem constantemente levantado questões relacionadas ao direito do contribuinte. E mesmo no decorrer de sua pregação visando um Brasil melhor, disse ele que o cidadão não deve ser sobrecarregado com impostos. Deve haver, sim, uma maior organização por parte do Poder Público, para que todos paguem impostos. Paguem pouco, mas todos paguem, porque onde todos pagam, todos pagam menos, baseados neste princípio.

Observa-se na estrutura administrativa em nosso País e não é exceção, a Prefeitura Municipal de Curitiba, algumas distorções. Há atividades produtivas, há organismos de prestação de serviços que nem sempre têm dado a sua contribuição proporcional ao trabalho que desenvolve e trazem resultados financeiros muito elevados. Agora o cidadão que vai pagar IPTU em função de uma propriedade que com muito sacrifício pessoal e de sua família alcançou, isto realmente dói. E há gente em Cu-

Curitiba falando em vender suas pequenas casas para se tornarem marginais da própria sociedade, porque propriedade não poderão ter mais, com preocupação do seu imposto.

Então, realmente, cabe este apelo à sensibilidade da administração pública da Prefeitura Municipal de Curitiba. É certo que há a necessidade de recursos. Não se pode negar. Sem recurso a Prefeitura não vai poder cumprir com os seus objetivos, mas eu penso numa melhor organização.

Seria racional. Por que não organizar antes para depois procurar encontrar as diversas soluções? É certo que, aquele que pode pagar não está reclamando. Acredito que os que moram nos locais nobres de Curitiba, não estão reclamando porque para eles, cinco mil a mais ou cinco mil a menos não faz diferença.

Mas, a exemplo desse cidadão que Vossa Excelência mencionou em seu pronunciamento, há tantos outros desesperados pelos arrabaldes de Curitiba, e nós temos que despertar para isso.

Sinceramente, Deputado, eu acredito na sensibilidade da administração pública e o seu pronunciamento é muito oportuno para as reflexões dos Srs. Deputados que têm a responsabilidade de levar a opinião do povo às autoridades administrativas.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ezequias Losso, e gostaria de encerrar o nosso pronunciamento, evidentemente sabedores que somos do drama que vive hoje o nosso colega da Assembléia Legislativa, Deputado Algaci Túlio.

É um homem ouvido e entendido principalmente pela grande massa do eleitorado curitibano e região metropolitana, que tem uma mensagem fácil para o entendimento, principalmente da camada mais empobrecida da nossa sociedade, imaginamos nós, ao lado de tantos outros comunicadores e prestadores de serviço por uma emissora de rádio, como também o Deputado Pirajá Ferreira que tem hoje, sem dúvida alguma, uma grande audiência na região metropolitana. É preciso que haja esta conscientização da administração municipal, reunindo-se com os Parlamentares que aqui estão, com os representantes do povo curitibano e destaque também o Deputado Erondy Silvério, Deputado Ezequias Losso - Líder do nosso Partido, também o Deputado Presidente desta Casa Anibal Khury, Deputado Raul Lopes, Deputado Acir Mezzadri, e tantos outros Deputados que têm sentido, na pele, o drama das altas taxas e do imposto que vem sendo cobrado hoje na capital de todos nós paranaenses.

Senhor Presidente, se não chegarem a um consenso, iremos para a Justiça, como

já o fizemos neste Parlamento, em outras ocasiões. E não tenho nenhuma dúvida que a Justiça saberá dar o veredito com relação à cobrança dos impostos, não somente na nossa capital, mas também na cidade de Maringá, em outros pólos regionais onde o IPTU é um verdadeiro absurdo. Falo com franqueza, com tranqüilidade ao povo curitibano porque também sou contra. Ônibus e mais ônibus cheios de pessoas do norte do Estado que vêm para o litoral tirar o emprego do povo parnanguara e do povo do litoral de nosso Estado e me refiro, Vossa Excelência, sabem bem, à dramática questão do inchaço de gente de fora tomando emprego daquela gente que trabalha no litoral.

Encerro minhas palavras, agradeço ao Deputado Vice-Prefeito Algaci Túlio, a oportunidade, Vossa Excelência falará sobre um assunto de extrema importância, usará também o horário da Liderança do vosso Partido e estaremos à disposição, se não houver uma negociação, saibam, Vossas Excelências de que tomaremos as medidas cabíveis.

Obrigado Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados e parabéns à nossa nova Deputada Aíralba, que, soma-se conosco nesta luta em favor do nosso Estado que não é desse ou daquele partido, o Estado que pertence ao povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário da Liderança do PTN concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero inicialmente parabenizar o Deputado Algaci Túlio, que, num gesto raro hoje, entre os homens públicos, de uma mesma facção política, dirigiu apelo ao Senhor Procurador Geral do Estado e um apelo público para que seja reexaminada a situação legal do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano de Curitiba que tem se constituído, efetivamente, num verdadeiro massacre à população curitibana. Isto demonstra que o Deputado Algaci Túlio, ao lado das suas conveniências político-partidárias, ele pensa efetivamente naquelas pessoas que o trouxeram a esta Casa, para defendê-las em quaisquer circunstâncias.

Então, meus cumprimentos ao nobre Deputado Algaci Túlio e um apelo para que ao invés de se estar formando preitos judiciais, ao invés de se dar pasto à demagogia, ao invés de engrossar os protestos da população, o Prefeito Jaime Lerner que é um homem de sensibilidade humana, basta uma simples medida, nem legislativa, uma medida administrativa, um

decreto de Sua Excelência concedendo um desconto de 30,40, 50% ou quanto o percentual indicado por estudos que se façam naquela Prefeitura no IPTU na cidade e acabou. E eliminar de uma vez por todas esta cobrança numa moeda fictícia que é BTN Fiscal. Ninguém recebe vencimentos BTNF.

Ninguém neste País. Nem o Presidente da República. Ninguém! então como se pode pagar Imposto de qualquer natureza, baseado em BTNF?

Foi um gesto num momento infeliz do Prefeito da cidade. Foi, por assim dizer, até uma prova de ingratidão à uma população que, em 12 dias, deu a maior consagração que um homem público pudesse ter nesta cidade em toda a sua vida pública. O Senhor Jaime Lerner obteve mais de 50% dos votos da população curitibana em apenas doze dias de campanha. Este é um motivo suficiente para que o Prefeito reveja sua posição.

Não falo do Vice-Prefeito porque hoje, publicamente, ele já afirmou a sua posição com relação ao assunto.

Prometi dissecar o discurso que fez nesta Casa o Deputado Hermas Brandão contra a administração Álvaro Dias.

Não o farei nesta oportunidade, porque é uma tarefa que deixo ao líder do Governo nesta Casa que terá dados compulsados no Palácio Iguazu, para responder as críticas que considero injustas do Deputado Hermas Brandão. E até estranhei o seu comportamento porque fiquei surpreso, dado a amizade que unia o Deputado Hermas Brandão ao Governador Álvaro Dias. E eu me perguntei, estou apoiando a administração errada? Ou está equivocado o Deputado Hermas Brandão?

Aprendi a respeitar Sua Excelência, o Deputado Hermas Brandão como Deputado atuante, inteligente, hábil articulador de plenário, além da fineza no trato pessoal com todos os Senhores Deputados. Aprendemos a admirá-lo na garra com que ele defende as posições que assume. Assim tem sido no trato das questões ligadas ao Poder Judiciário. Assim foi na questão do monopólio do transporte coletivo, que ele coordenou e manteve como letra da Constituição Estadual. Entretanto, sua análise da administração Álvaro Dias foi subjetiva. Foi essencialmente subjetiva, porque não é o pensamento da maioria esmagadora do povo paranaense que enxerga no Governador do Estado um homem competente e honesto que administra o Paraná com os olhos voltados para o futuro.

Não gosto de cotejar administrações. Não gosto mesmo. Não vou falar do Governo José Richa, defendido aqui por tantas pessoas e por mim também. Cada Governo é um Governo. E o povo, na sua proverbial sabedoria, fará o julgamento no momento certo.

Evito comparações para não ferir amigos e pessoas que governaram com boas intenções e se erros cometeram, não o fizeram por má fé. Mas algumas afirmações do Deputado Brandão não fazem justiça à sua inteligência, quando ele afirma, por exemplo, que a pujança do Paraná não se deve a Álvaro Dias e sim ao seu povo.

É óbvio, o paranaense é um obstinado pelo trabalho. E o progresso deste Estado não se deve, particularmente, a nenhum governo. O povo é a mola propulsora do progresso, o governo é apenas a alavanca.

Afirma ainda o nobre Deputado Brandão, que o déficit do Estado está em torno de 50%. Não sei onde ele compulsou estes dados. Em contabilidade não há sofismas.

E eu pergunto: como compulsar déficits antes do fim da atual gestão financeira do atual Governador? Ao que me consta, o déficit ficará em torno de 15%. Mas o próprio Orçamento do Estado prescreve o remédio para eliminá-lo. Acontece em todos os governos, são as operações de crédito, não é novidade.

Outra declaração do Sr. Hermas Brandão, e que causa estranheza, é quando afirma que os investimentos do Paraná são números maquiados. Li publicação da Federação das Indústrias dando conta de que em dois anos foram investidos dois bilhões e meio de dólares, não digo que seja por obra, por graça ou pela presença física do Governador Álvaro Dias. Mas o fato é que não são números maquiados. Esse investimento é comprovado através de uma publicação de uma entidade séria.

Não nego ao Deputado Brandão o direito de criticar o Governo. Aliás, é até obrigação apontar erros. Não pode, porém, cometer injustiças.

O discurso do deputado ensejou diversos apartes. Alguns, pertinentes, outros, impertinentes.

Ouvimos um deputado, também ex-amigo de Álvaro Dias, afirmar aqui, com a maior candura, condenando a operação tapa buracos. Eu diria, aconselharia a este Deputado que consultasse os dois milhões e meio de veranistas que desceram mensalmente ao nosso litoral, para que dissessem se foi correta ou não a atitude do Governo em promover a operação tapa buracos em rodovias federais.

Um outro Deputado falava da falta de remédios nas prateleiras do IPE. Quer dizer, é uma coisa...

não tem nada a ver com outra coisa. Eu acho que o Governador Álvaro Dias não precisa de defesa. Se nós estamos fazendo nesta tarde é porque sentimos que se orquestra uma campanha difamatória contra o Governador, movida por grupos financeiros, empreiteiras poderosas, cujos interesses financeiros foram contrariados pela mora-

lização da função pública. E eu faço esta defesa porque os Anais desta Casa são im- placáveis, fazem história. E não é justo que as futuras gerações, ao compulsá-los, se deparem com ataques infundáveis, sem uma defesa que coloque efetivamente a coisa em termos.

É preciso que as futuras gerações saibam que neste quadriênio o Paraná foi governado de maneira límpida, honesta, por um Governador que está preocupado em projetar o Paraná para o futuro, em busca do milênio da felicidade.

Agradeço, Sr. Presidente, pelos minutos que me concedeu a mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o PDT.

Deputada Arialba Freire.

A SRA. ARIALBA FREIRE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras que hoje me prestigiam.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me deram a oportunidade de estar aqui hoje. Sinto-me bastante emocionada e agradecida.

Não foi uma luta fácil, foi muito difícil chegar aqui hoje, e é por isto que estou emocionada.

Permitam-me que me apresente: venho de uma terra de uma região que não aceita meio termo. É forte. É brava. É pujante. Destemida. E por isto mesmo, esta região foi desbravada com muita luta, muitas contradições. Esse desbravamento teve registros, teve marca forte, indelével, nos Anais do Estado. E para consegui-lo, também, correu muito sangue de inocentes, de trabalhadores, de homens fora da lei.

Hoje, a região se acha em pleno desenvolvimento. É uma das mais ricas e progressistas do Estado e, quicá, do País. E continua fremindo com belezas mil, estonteantes até, mas vibrando e tremendo também com a criminalidade, com o contrabando e com traficantes, continua eregindo arranha-céus, com milhares de menores abandonados, pernolitando pelos bancos de jardins, nos desvãos de portas, sobre a proteção de alguma marquise, frente às autoridades impotentes, para solucionar esse grave problema. Nessa região, Deus, reunindo conselho supremo da arte, do belo do estante, do gigantesco, desenhou e deu evidência às mais belas quedas d'água do planeta, assim como, a hidrelétrica mais imponente, que é a maior produtora de energia elétrica do mundo. Mas, o homem na sua falha universal, não evitou que esse região também fosse a porta por onde passam diariamente, centenas de carros roubados, não evitou também que por essa mesma porta passassem milhares e milhares de trabalhadores agrícolas nacionais, desanimados com

as autoridades da Pátria, e fossem procurar terras estranhas e estrangeiras, para iniciar um novo desbravamento e ganhar o sagrado pão de cada dia, para si e para suas famílias, com suor do seu rosto, e com engenho da experiência que já possuíam.

Senhores, falo da região Oeste sou professora, permitam-me dizer, não me envergonho de dizer que sou professora.

Espero e muito, que o Presidente eleito passe a valorizar a classe do professor, resgatando uma dívida com a classe e com a educação nacional, que jamais esteve em nível tão reduzido, tão baixo, tão aniquilante, atestado que posso passar a quem interessar possa, já que além de professora, assumi igualmente a Secretaria da Educação de Foz do Iguaçu por algum tempo, fiz escola Legislativa, assumindo com muita honra o cargo de Vereadora no mesmo Município iguaçuense. E quebrando um jejum de cerca de setenta anos na história do Município, fui a primeira mulher a assumir a Presidência daquela Casa de Leis, ocasião em que tive farta oportunidade de defender e elevar ao nível que merece o direito da mulher brasileira, no consenso universal das participações humanas.

Agora, hoje aqui me acho nesta augusta Assembléia Legislativa do Paraná, terra que tanto amo, e onde deixarei por certo o registro do meu trabalho, do meu esforço, da minha capacidade, do meu amor mais intenso, da vida que se leva precisamente, a vida que se levou, e tenho certeza, que hei de marcar meu nome, não na galeria morfa dos quadros fotográficos que são pendurados nas paredes, mas no anonimato de quem tem a consciência tranqüila de dar todo o esforço, toda a contribuição em favor dos seus semelhantes, gozando da glória mais sensível dos que passam pela vida e a viveram com intensidade e calor.

Sem cair na rosca sem fim que não leva a nada, dos que buscam apenas a placidez da vida, num manso lago azul, sem névoas, nem espuma.

Região paradisíaca, dos nulos que não deixaram nem saudades.

Hoje encontro no PDT, sobre o comando do grande Líder Leonel Brizola, emérito guerreiro defensor da democracia, eterno vigilante dos feitos da história nacional, e nessa posição política, que me situo, nela continuarei em estado de sempre alerta, em posição de contínua permanência em defesa da democracia dos trabalhadores, dos que trabalham e sofrem, esquecidos pelos que exploram e vivem no desperdício, companheiros, recebam a minha saudação de novata nesta colenda Casa de Leis, novata por ser novo membro deste Parlamento, mas sinto possuir em minha estrutura física,

todo o imenso cabedal de experiência para bem compartilhar das atribuições a que me forem atribuídas e da participação criativa que hei de dar, fruto da bagagem que trago comigo.

Finalizando, faço minhas as palavras de um poeta: (Lendo) "... aos fortes e aos bravos só pode exaltar. Adoto o sistema há muito tempo, de que somente os bravos e os fortes e os que possuem combatitividade é que podem fazer com que melhore a situação do nosso querido Paraná quanto da nossa Pátria.

Muito obrigada".

O SR. NEREU MASSIGNAN - Deputada, Professora Arialba Freire, que vem representar o extremo do nosso Estado, Foz do Iguaçu e o Leste. Eu quero fazer uma saudação em nome da Bancada Tucana, o PSDB, os seis Deputados, e senti na sua mensagem a sensibilidade do olhar para os humildes, os desamparados, os homens das marquises, dos bairros, das favelas, dos doentes, e não me surpreende. Conhecendo o seu histórico político, sua luta, sua tenacidade, não me surpreende. Faz-me lembrar que Vossa Excelência tem a força que as próprias Cataratas do Iguaçu possuem; a força da natureza para enfrentar a injustiça.

Quando V.Exa. falava, eu procurava ouvir as cataratas, aquele grito permanente, se somando ao barulho construído pela tecnologia, da Usina de Itaipu. Um, a mão de Deus. Outro a mão do homem. Será que os dois, a mão de Deus e a mão do homem nós não poderíamos ter evitado tanto problema para Foz do Iguaçu? Eu acho que este progresso da mão do homem às vezes se torna uma ficção, ante verdades tão doloridas, como eu testemunhei, numa visita recente a Foz do Iguaçu.

Que pena! Quando a gente vai a Foz e fica inebriado apenas pelo cântico poético das Cataratas. E a gente esquece de olhar um pouquinho ao redor. Que pena! Mas, isto vai ser superado com a sua presença, aqui, representando essa região. Nós vamos ouvir, enquanto aqui permanecer, o canto das cataratas, o seu canto, que é canto da justiça e da liberdade. Tenho certeza disto, pelo seu passado. Vamos sentir o contraste do silêncio das Sete Quedas. Os sete silêncios. As sete vozes afogadas. As sete dores inundadas se contrapondo a estes sete gritos abafados, ouvimos na voz da ilustre Deputada do PDT, os sons vibrante das Cataratas do Iguaçu, a voz da natureza, da justiça e da liberdade!

Meus cumprimentos a V.Exa., em nome da Bancada do PSDB.

Muito obrigado.

A SRA. ARIALBA DO ROCIO CORDEIRO FREIRE -
Muito obrigada. Agradeço sensibilizada

o seu aparte, que em muito veio abrilhantar a minha colocação. E pode ter certeza, que apesar do breve espaço de tempo em que eu nesta Casa, infelizmente, permanecerei, eu vou saber representar. Conto com o seu apoio! Obrigada.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI VILELA - Nobre Deputada, a nossa Bancada, Bancada do PDT, tem a satisfação imensa de tê-la conosco. Nós, que fomos a Foz do Iguaçu e vimos a sua luta, no dia-a-dia, aprendemos a conhecê-la, podemos dizer aos companheiros, demais Deputados desta Casa, que estaremos, ou melhor, estamos integrando a partir de hoje, com uma Deputada de iniciativa, de valentia, de garra.

É bem verdade que seu espaço de tempo aqui poderá ser breve, mas eu tenho certeza que Foz do Iguaçu e toda a região, desta vez, nobre Deputada, irá acordar e fará um consenso da candidatura regional e quem sabe com a ajuda daquele povo, com o entendimento daquele povo Vossa Excelência estará aqui nesta Casa na próxima legislatura. Porque realmente este Paraná precisa muito de gente como Vossa Excelência, precisa de legisladores sérios, que procurem entender a necessidade do povo brasileiro.

Falava Vossa Excelência sobre o "gigante de concreto" que é a Hidrelétrica de Itaipu, o gigante de concreto, ao lado desta monstruosidade de concreto a pobreza em que vive o povo brasileiro, especialmente o povo do Paraná; os salários arrochados por uma política econômica implantada neste País ao longo dos anos, é isso que a senhora vem combater, é isso que nós combatemos e é isso que o povo do Paraná precisa. Conte conosco, a Bancada do PDT e as demais Bancadas desta Casa certamente lhe darão o tratamento que realmente Vossa Excelência merece. Seja bem vinda.

A SRA. ARIALBA DO ROCIO CORDEIRO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade do PMDB, constante do expediente, solicitando a substituição do Senhor Deputado José Felinto, que se encontra em licença para tratamento de saúde, pelo Senhor Deputado Dirceu Manfrinato. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02) de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de três (03) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de três (03) de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 403/89. - **Aprovado.**

Vou submeter a votos a Proposição nº 03/90. Antes, porém, o Senhor 1º Secretário procederá a leitura integral da Resolução.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Lê Projeto de Resolução nº 03/90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Resolução nº 03/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aprova o nome do Senhor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, para o exercício do cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica aprovado o nome do Senhor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, para o exercício do cargo de PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA do Estado do Paraná, com mandato de dois (02) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto pelo Art. 116, da Constituição do Estado e, ainda, o estabelecido pela Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1.990.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de submeter à aprovação dessa Augusta Assembléia Legislativa o nome do Doutor Luiz Chemin Guimarães para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista triplíce de nomes indicados em eleição realizada em 19 do corrente mês, pelos integrantes do Ministério Público, na forma da Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, cujo resultado está detalhadamente contido no anexo expediente da respectiva Comissão Eleitoral.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Senhor Procurador-Geral:

Temos a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que os candidatos inscritos à eleição para formação de lista triplíce ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, após regular processo de escolha, realizada nos termos da Lei Estadual nº 9.199/90 e da Resolução nº 0095/90-PGJ, obtiveram a seguinte votação:

Doutor AGUINALDO SANTA THEREZA BORGES VIEIRA, 163 votos;

Doutora CELITA ALVARENGA BERTOTTI, 96 votos;

Doutor EDUARDO CORRÊA BRAGA, 163 votos;

Doutor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, 236 votos.

Valemo-nos da oportunidade, para reiterar a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e consideração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer do Relator, Deputado Ba-

sílio Zanusso. Senhores Deputados que aprovam o parecer conservem-se como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto de resolução em discussão única. Senhores que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. **Aprovado por unanimidade.**

A Mesa quer agradecer a presença do Procurador, Doutor Luiz Chemim Guimarães, e dizer a sua Excelência que a responsabilidade que lhe cabe neste mandato de dois anos, e possível reeleição, é muito grande, porque ele passa a ser uma das principais figuras públicas da administração estadual, chefiando hoje um órgão tão importante como o Ministério Público, a quem se atribui hoje a força do 4º Poder. Por isso, Doutor Chemim Guimarães, a sua destituição do cargo só poderá ser feita com a aprovação da maioria da Assembléia, isto vale dizer que Vossa Excelência, com os seus promotores, com os seus procuradores, terá independência total na gestão deste importante órgão da Administração Pública. Parabéns a Vossa Excelência, parabéns ao Ministério Público.

De conformidade com o requerimento de Preferência de votação aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 403/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de PONTAL DO PARANÁ, com território desmembrado do Município de Paranaguá e divisas do atual Distrito Administrativo.

PROJETO DE LEI Nº 403/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de PONTAL DO PARANÁ, com território desmembrado do Município de Paranaguá, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela BR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até sua foz na orla Marítima, confrontando com a Baía de Paranaguá; pela Orla Marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar o Balneário das Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal PARANAGUÁ/MATINHOS, até a foz do Rio Pai Antonio no Rio Guaraguaçu; subindo o Rio Guaraguaçu ainda divisando com o Município de Matinhos, até alcançar o Rio Cambará; pelo Rio Cambará acima até a ponto na Estrada Municipal PA-304; pela Estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas abaixo, até encontrar

o caminho de ligação PR-407; Rio das Pombas; pelo referido Caminho até a ponte sobre o Rio Fortuna na PR-407, ponto inicial."

Art. 2º - O perímetro urbano da sede do Município PONTAL DO PARANÁ, é o seguinte:

"Começa na foz do Rio das Pombas no Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo, até a Orla Marítima; pela Orla Marítima compreendendo o balneário de Pontal do Sul até o Balneário de Monções; deste ponto, segue em linha reta e seca de divisa intermunicipal com Matinhos até alcançar o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até a foz do Rio Pombas."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A região Balneário do Paraná, caracterizada por ocupar um litoral de pequena extensão territorial, tem sido alvo de redobradas atenções do Governo e da população paranaense, que assim procuram valorizar os recursos naturais de que fomos dotados.

Não obstante, a área do Pontal do Paraná, compreendidas pelas formações urbanísticas de Praia de Leste, Pontal do Sul e outras Praias, tem sido atingidas por uma deficiência de ordem jurídico-política decorrente de sua não-estruturação em território autônomo, ou, pelo menos, dotado de especificidade mínima, vinculados que estão à municipalidade de Paranaguá.

Pretende-se, com o presente plano de lei, constituir a área de Praia de Leste e do Pontal e outras Praias do Município.

Com esse objetivo, atendemos à vigorosa reivindicação das populações permanentes e temporária daqueles balneários, desejosos de contar com os benefícios dessa divisão territorial para fins de atendimento de seus problemas de urbanização, valorização e desenvolvimento local.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 403/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem a finalidade de criar o Município de Pontal do Paraná, com território desmembrado do Município de Paranaguá e com sede na localidade do mesmo nome.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida e que a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei. É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu desejo tranquilizá-los, pois não vou fazer uso de toda essa papelada, mas apenas ocupo a tribuna para justificar e dizer da importância desta votação do projeto de autoria do nobre Deputado e Presidente desta Casa, Anibal Khury. A criação do Município de Pontal do Paraná, uma velha reivindicação não só dos veranistas mas também dos nativos que moram naquela região, onde estão hoje localizadas as mais belas praias do nosso Paraná e que lamentavelmente necessitam de uma infra-estrutura para que possam evidentemente ter o progresso, o crescimento que ela tanto necessita. E por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma Comissão de homens, de mulheres, de jovens, de idosos, se prontificou a fazer um trabalho em cima do seu projeto, no sentido de ampliar a discussão, no sentido de clarear a todos da importância deste projeto. E é com satisfação Senhor Presidente e Senhores Deputados, que eu registro aqui um bom número de pessoas que se faz presente nesta Assembléia e não estão em maior número em função de quê? Da dificuldade do pessoal se deslocar do Litoral para prestigiar a votação deste projeto, após uma temporada de muito trabalho.

Aqui estão companheiros e companheiras, lutadores de primeira hora, que tão logo tomarem conhecimento de seu projeto se prontificaram a lutar por ele, a fazer valer a importância de criação deste Município. Uma Comissão que é encabeçada pelo companheiro Estefano Landovsk, pelo companheiro jornalista Jorge de Oliveira, pela dona Odete Marins, pela senhora Magnólia, pelo senhor Almir Locateli, pelo Roberval Ovis, pelo Manoel Aguiar, o Neco aqui desta Casa e tantos outros companheiros e companheiras que aqui estão neste momento; também com o companheiro Tadeu Pontaroli, que é proprietário da Painel e Cartazes, que distribuiu durante a temporada mais de 20 painéis no Litoral e também aqui na Capital do Estado, dizendo da importância e conscientizando a população da criação do Município de Pontal do Paraná. E tantos outros companheiros se somam, anonimamente também, a esse trabalho.

Reuniões foram feitas em todos os grandes Balneários do nosso litoral do Paraná, Shangri-lá, Grajaú, Pontal do Sul, Ipanema, Praia de Leste. Reuniões foram feitas aqui em Curitiba, inclusive um visita a S.Exa. o Presidente desta Casa De-

putado Anibal Khury por esta Comissão que aqui veio trazer o apoio, hipotecar a solidariedade e dizer da vontade, realmente, de fazer valer a criação deste Município. Esta Comissão, e esses companheiros, Senhores Deputados, fizeram um trabalho; enquanto muitos aproveitaram ~~de~~ Carnaval, esta Comissão aqui se dedicou de corpo e alma durante os quatro dias para fazer um trabalho de conscientização junto aqueles que chegavam de várias partes deste Paraná, e é bom dizer aos Senhores Deputados que o litoral do Paraná não pertence apenas ao povo de Curitiba e ao povo do litoral, pertence a todo o Paraná que hoje toma conta praticamente das maiores praias do nosso litoral e a eles foram entregues cartazes, decalques, e pedida a assinatura de adesão. E esses envelopes que retratam o interesse desta gente toda do Paraná pela criação do Município de Pontal do Paraná. Foram distribuídas milhares de relações para que todos colocassem a sua adesão. E nós tivemos 1.671 listas de adesões com um total de aproximadamente dez mil assinaturas para a criação do Município de Pontal do Paraná meu caro Deputado Anibal Khury, demonstrando a vontade deste povo pela criação deste Município. Por isso neste momento eu quero dizer da nossa satisfação de não estarmos embarcando na sua canoa Deputado, mas embarcando na canoa que todos querem embarcar que é a criação do Município de Pontal do Paraná.

A honra e todo mérito é de V.Exa. pela criação, por ser V.Exa. um dos Deputados que mais cria Municípios no Estado do Paraná, ao todo já, se não me falha a memória são mais de 50. E este Município haverá também de se tornar uma realidade pela vontade de V.Exa., e pela vontade principalmente dos moradores daquela região e dos veranistas de todo Estado do Paraná.

Senhor Presidente, antes de fazer meu relatório aqui, a lamentar profundamente a atitude tomada, não quero acreditar, mas tudo leva a crer que foi obra do Senhor Prefeito de Paranaguá, que mandou capangas até o litoral durante a temporada de carnaval para serrar com motos-serras os "out-doors" que foram espalhados pelo nosso litoral, e em arrancar faixas colocadas em todos os balneários no sentido de evitar que o povo tomasse conhecimento deste trabalho, com a iniciativa, da luta pela criação do Município de Pontal do Paraná.

Eu quero com aquiescência dos Senhores Parlamentares tomar mais um minuto para ler aqui o comunicado da Associação dos proprietários moradores e amigos dos balneários do nosso litoral que faz a seguinte nota.

FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA PRATICAM
VANDALISMO NO LITORAL

Funcionários da Prefeitura de Paranaguá, utilizando veículos oficiais, percorreram parte da BR-277, da Rodovia das Praias e da estrada Praia de Leste-Pontal do Sul, recolhendo faixas de apoio à emancipação dos Balneários. Neste "trabalho", ameaçaram moradores, invadiram propriedades e causaram danos em muros e cercas. Além disso, serraram, utilizando moto-serras, todos os "out-doors" da empresa UP que tinham mensagens alusivas à emancipação.

Indignados, os moradores e comerciantes da região realizaram uma manifestação de protesto, domingo pela manhã, em Pontal do Sul. De acordo com a Comissão de Emancipação, "este ato de vandalismo praticado por ordem da administração municipal de Paranaguá, demonstra o desespero a mais absoluta falta de argumentos dos administradores parnanguaras".

Para a Comissão, este ato de vandalismo oficial passa ao largo dos ideais democráticos e é uma demonstração da falta de respeito com que a Prefeitura de Paranaguá tem consagrado suas relações com os Balneários.

Ainda nesta semana, a Comissão de Emancipação fará chegar à Secretaria de Estado da Segurança denúncia contendo os nomes dos vândalos e pedido de proteção aos moradores a fim de que estes possam exercer seu direito democrático de optar pela criação do Município de Pontal do Paraná.

(Termina de ler a nota)

A par desta manifestação das associações eu também na condição de Deputado e ao seu lado Deputado, e dos demais Deputados lutando por esta criação deste Município encaminho hoje a esta Casa também um ofício ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública pedindo providências urgentes com relação aos lamentáveis acontecimentos verificados no litoral do Paraná. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados este projeto de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury tem a finalidade de criar o Município de Pontal do Paraná com território desmembrado do Município de Paranaguá e com sede na localidade do mesmo nome. Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida e que a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes. Isto posto opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei. É o parecer da Comissão Geral, por nós pedida nesta Casa na qual fomos colocados na condição de relator, portanto somos totalmente favoráveis à criação do Município de Pontal do Paraná, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em vota-

ção o parecer. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Em votação o projeto. APROVADO.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA LEO SCHULMANN - APM - MAURÍCIO THÁ, com sede e foro no Município de Figueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 230/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Escritura Pública de Doação de Imóvel ao Município de Cruz Machado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 265/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO BARROS ANDRADE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXERCICIONAIS DE MANDAGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CENCAIRIOS - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DE UBERABA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 97/89 (Mensagem n° 115/89, ex-Proposição n° 88/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que ratifica o convênio já celebrado por motivo de urgência, em 31 de novembro próximo passado, entre o Estado do Paraná, através da Fundação de Esporte e Turismo e a Confederação Brasileira de Volley Ball, objetivando a realização do I Campeonato de Volley Ball da juventude Feminina, em Curitiba. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 98/89 (ex-Projeto de Lei n° 05/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de

plebiscito na área que especifica, no Município de Umuarama, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PEROBAL. - Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 98/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Umuarama, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PEROBAL:

"Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Mariza no Ribeirão Peroba, sobe pelo Ribeirão Peroba até a foz do Córrego do Canto ou Curuvu, sobe por este até a sua nascente, deste ponto segue pela divisa dos Lotes 5A (inclusive) e 5E (exclusive) até a Estrada Pau D'Alho, seguindo por esta estrada até o entroncamento com a Estrada Vermelha, pela Estrada Vermelha até a altura da nascente do Ribeirão Peroba, deste ponto rumo Nordeste em linha reta e seca até atingir a nascente do Ribeirão Palmital, desce por este até a sua foz no Rio Goioerê, descendo por este (divisa intermunicipal com Mariluz) até a foz do Ribeirão Azul ou São Tomé, subindo por este (divisa intermunicipal com Alto Piquiri) até a Estrada Azul, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora (divisa intermunicipal com Alto Piquiri), por esta até a Estrada Divisória ou Saltinho pela Estrada Divisória ou Saltinho, (divisa intermunicipal com Iporã), até a Estrada Santa Inês (ou Estrada Divisora das Glebas 3 e 4), segue por esta até o seu final pelo seu prolongamento até o Córrego Mariza, desce pelo mesmo até a sua foz no Ribeirão Peroba, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 10/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 112), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, conforme especifica.

PROJETO DE LEI N° 10/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público, composto de cargos de provimento efetivo, fica alterado na forma dos Anexos I e II, que integram esta lei, passando a substi-

tuir os previstos na Lei n° 7435, de 29 de dezembro de 1980, e Lei n° 7879, de 10 de julho de 1984.

Parágrafo Único - A denominação, classificação, número, níveis e referências de vencimentos dos cargos de provimento efetivo passam a ser os constantes dos precitados Anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com a tabela que integra esta lei.

Art. 2° - O Quadro de Pessoal a que se refere o art. 1°, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 02 (dois) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Técnico Superior - assessoramento e atividade de nível superior - Anexo I;

II - Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo - execução de atividade administrativa e de expediente - Anexo II.

Art. 3° - Ficam criados na estrutura da Procuradoria Geral de Justiça, a que se refere o Decreto n° 1674, de 10 de julho de 1987, 04 (quatro) cargos em Comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3, 05 (cinco) cargos em Comissão de Assistente Técnico de Departamento, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos em Comissão de Assistente, símbolo 3-C, na forma do Anexo III.

Art. 4° - Ficam transformados, na estrutura da Procuradoria Geral de Justiça, as denominações e símbolos a que se refere o Decreto n° 1674, de 10 de julho de 1987, 01 (um) Diretor da Secretaria, símbolo DAS-1 para 01 (um) Diretor Secretário da Procuradoria Geral de Justiça, símbolo DAS-1, 01 (um) Chefe de Gabinete do Procurador Geral de Justiça, símbolo DAS-5, 01 (um) Chefe da Coordenadoria Judiciária, símbolo DAS-5, para 01 (um) Diretor de Departamento Judiciário, símbolo DAS-3, 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo 1-C para 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo DAS-5 e 01 (um) Assessor, símbolo 1-C, para Assessor de Imprensa, símbolo DAS-5, na forma do Anexo III.

Art. 5° - Ficam mantidos na estrutura da Procuradoria Geral de Justiça, a que se refere o Decreto n° 1674, de 10 de julho de 1987, 04 (quatro) cargos em Comissão de Assistente, símbolo 3-C e 01 (um) cargo em Comissão de Assistente, símbolo 9-C, na forma do Anexo III.

Art. 6° - O Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Procuradoria Geral de Justiça, fica alterado na forma do Anexo IV, que integra esta lei, passando a substituir o previsto na Resolução n° 824, de 03 de outubro de 1984, do Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP.

§ 1º - O Quadro de Pessoal a que se refere o "caput" deste artigo, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 03 (três) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Técnico Superior - assessoramento e atividades de nível superior - Anexo IV.

II - Grupo Ocupacional do Apoio Administrativo - execução de atividades administrativas e de expediente - Anexo IV.

III - Grupo Ocupacional de Serviços Gerais - execução de atividades profissionais diversas - Anexo IV.

§ 2º - Os atuais ocupantes de cargos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Procuradoria Geral de Justiça, ficam enquadrados na forma do Anexo IV - tabela anexa.

Art. 7º - Os servidores efetivos no Serviço Público Estadual que há mais de dois anos contados até a data da publicação desta lei, estejam prestando serviços na Procuradoria Geral de Justiça do Estado, poderão ser enquadrados na forma do Anexo V, desde que se manifestem por es-

crito no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta mesma lei.

Art. 8º - Todas as vantagens atribuídas aos servidores ativos da Procuradoria Geral de Justiça, previstas nesta lei, serão estendidas aos servidores inativos e em disponibilidade pertencentes ao Quadro Próprio da Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 9º - Os vencimentos dos cargos de que trata esta lei, serão reajustados na forma prevista na Lei nº 9195, de 18 de janeiro de 1990.

Art. 10 - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 11 - O Procurador Geral de Justiça fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.90.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ -
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO SUPERIOR

| SITUAÇÃO ATUAL | | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | | |
|--------------------------|--------------|-------|-------|--------------------------|--------------|------|----------------------|
| DENOMINAÇÃO | Nº DE CARGOS | REF. | NÍVEL | DENOMINAÇÃO | Nº DE CARGOS | REF. | NÍVEL |
| ASSISTENTE JURÍDICO | 05 | 1a II | I | ASSISTENTE JURÍDICO | 05 | AaL | 01 02 03 04 |
| BIBLIOTECÁRIO | 04 | 1a II | H | BIBLIOTECÁRIO | 04 | AaL | 01 02 03 04 |
| TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO | 04 | 1a II | I | TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO | 04 | AaL | 01 02 03 04 |
| TOTAL DE CARGOS | 13 | | | TOTAL DE CARGOS | 13 | | |

ANEXO II
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO

| SITUAÇÃO ATUAL | | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | | |
|---------------------|--------------|-------|-------|---------------------|--------------|------|----------------------|
| DENOMINAÇÃO | Nº DE CARGOS | REF. | NÍVEL | DENOMINAÇÃO | Nº DE CARGOS | REF. | NÍVEL |
| OFICIAL JUDICIÁRIO | 33 | 1a II | F | OFICIAL JUDICIÁRIO | 33 | AaL | 05 06 07 08 |
| AUXILIAR JUDICIÁRIO | 39 | 1a II | E | AUXILIAR JUDICIÁRIO | 39 | AaL | 05 06 07 08 |
| MOTORISTA | 01 | 1a II | E | MOTORISTA | 01 | AaL | 09 10 11 12 |
| TOTAL DE CARGOS | 73 | | | TOTAL DE CARGOS | 73 | | |

ANEXO IV
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
QUADRO CLT DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | | |
|---------------------------|----------|-------|-----------------------|----------|-------|----------------------|
| CARGO | QUANTID. | NÍVEL | CARGO | QUANTID. | REF. | NÍVEL |
| TÉCNICO I - I | 02 | UA | TÉCNICO SUPERIOR | 25 | A a L | 01 |
| TÉCNICO I - II | 02 | TA | | | | 02 |
| TÉCNICO I - III | 04 | SA | | | | 03 |
| TÉCNICO I - IV | 08 | RA | | | | 04 |
| TÉCNICO H - II | 01 | NA | | | | |
| TÉCNICO H - III | 03 | MA | | | | |
| TÉCNICO H - IV | 05 | HA | | | | |
| ASSISTENTE TÉCNICO | 11 | GA | ASSISTENTE TÉCNICO | 11 | A a L | 05 06 07 08 |
| ASSIST. ADMINISTRATIVO I | 05 | GA | AGENTE ADMINISTRATIVO | 30 | A a L | 05 |
| ASSIST. ADMINISTRATIVO II | 22 | EA | | | | 06 |
| SECRETÁRIA | 02 | EA | | | | 07 |
| ALMOXARIFE | 01 | EA | | | | 08 |

ANEXO IV
MINISTÉRIO PÚBLICO
QUADRO CLT DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | | |
|---------------------------|----------|-------|-----------------------|----------|-------|----------------------|
| CARGO | QUANTID. | NÍVEL | CARGO | QUANTID. | REF. | NÍVEL |
| Auxiliar de Contabilidade | 01 | DA | Aux. de Contabilidade | 01 | A a L | 05 06 07 08 |
| Auxiliar Administrativo | 17 | DA | Datilógrafo | 26 | A a L | 09 |
| Auxiliar de Escritório | 09 | CA | | | | 10 11 12 |
| Motorista II | 04 | DA | Motorista | 06 | A a L | 09 |
| Motorista I | 02 | CA | | | | 10 11 12 |
| Recepcionista | 01 | BA | Agente Serv. Gerais | 14 | A a L | 09 |
| Telefonista | 03 | BA | | | | 10 |
| Aux. Serviços Gerais | 07 | AA | | | | 11 |
| Contínuo | 03 | AA | | | | 12 |

ANEXO IV
MINISTÉRIO PÚBLICO
QUADRO CLT DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO PROPOSTA | | | |
|-----------------|----------|-------|-------------------|----------|-------|----------------------|
| CARGO | QUANTID. | NÍVEL | CARGO | QUANTID. | REF. | NÍVEL |
| Porteiro | 01 | AA | Vigia | 01 | A a L | 09 10 11 12 |
| TOTAL DE CARGOS | 114 | | TOTAL DE CARGOS | 114 | | |

ANEXO III
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR E DE APOIO ADMINISTRATIVO EM COMISSÃO

| DISCRIMINAÇÃO ATUAL | SÍMBOLO | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO PROPOSTA | SÍMBOLO |
|------------------------------------|---------|--------------|--------------------------------------|---------|
| Procurador-Geral de Justiça | | 01 | Procurador-Geral de Justiça | |
| Diretor da Secretaria *** | DAS-1 | 01 | Diretor Secret. Proc. Ger. Just. *** | DAS-1 |
| | | 04 | Diretor de Departamento * | DAS-3 |
| Chefe de Gabinete *** | DAS-5 | 01 | Chefe Gab. Proc. Ger. Just. *** | DAS-5 |
| Chefe da Coord. Judiciária **/**** | DAS-5 | 01 | Diretor Depto. Judiciário **/**** | DAS-3 |
| Secret. do Cons. Sup. do M.P. ** | 1-C | 01 | Secret. Cons. Sup. do M.P. ** | DAS-5 |
| Assessor **/**** | 1-C | 01 | Assessor da Imprensa **/**** | DAS-5 |
| | | 05 | Assist. Técnico Depto. * | 1-C |
| Assistente | 3-C | 08 | Assistente * | 3-C |
| Assistente | 9-C | 01 | Assistente | 9-C |
| Total de Cargos | | 24 | Total de Cargos | |

* Criação

** Alteração de Simbologia

*** Transformação de Denominação

ANEXO V
MINISTÉRIO PÚBLICO
ENQUADRAMENTO A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º

| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO PROPOSTA | |
|-------------------------------|-------|---------------------|-------|
| CARGO | NÍVEL | CARGO | NÍVEL |
| 1 (um) Auxiliar de Escritório | C | Auxiliar Judiciário | 8 |
| 2 (dois) Serventes | A | Auxiliar Judiciário | 8 |
| TOTAL DE CARGOS | 03 | TOTAL DE CARGOS | 03 |

VIGÊNCIA: FEVEREIRO DE 1990

TABELA
MINISTÉRIO PÚBLICO
QUADRO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

| NIV/REF | ÍNDICE | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | L |
|---------|--------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | 100 | 6.406,46 | 7.249,01 | 8.202,36 | 9.281,08 | 10.501,67 | 11.882,79 | 13.445,54 | 15.213,82 | 17.214,65 | 19.478,62 | 22.039,81 |
| 02 | 94 | 6.022,07 | 6.814,07 | 7.710,21 | 8.724,22 | 9.871,57 | 11.169,82 | 12.638,81 | 14.300,99 | 16.181,77 | 18.309,90 | 20.717,91 |
| 03 | 88 | 5.637,68 | 6.379,13 | 7.218,07 | 8.167,35 | 9.241,47 | 10.456,86 | 11.832,08 | 13.388,16 | 15.148,89 | 17.141,18 | 19.395,49 |
| 04 | 82 | 5.253,30 | 5.944,19 | 6.725,93 | 7.610,49 | 8.611,37 | 9.743,89 | 11.025,35 | 12.475,33 | 14.116,01 | 15.972,47 | 18.073,07 |
| 05 | 76 | 4.868,91 | 5.509,25 | 6.233,79 | 7.053,62 | 7.981,27 | 9.030,92 | 10.218,61 | 11.562,50 | 13.083,13 | 14.803,75 | 16.750,65 |
| 06 | 70 | 4.484,52 | 5.074,31 | 5.741,65 | 6.496,76 | 7.351,17 | 8.317,95 | 9.411,88 | 10.649,67 | 12.050,26 | 13.635,03 | 15.428,23 |
| 07 | 64 | 4.100,13 | 4.639,37 | 5.249,51 | 5.939,89 | 6.721,07 | 7.604,99 | 8.605,15 | 9.736,85 | 11.017,38 | 12.466,32 | 14.105,81 |
| 08 | 58 | 3.715,75 | 4.204,43 | 4.757,37 | 5.383,03 | 6.090,97 | 6.892,02 | 7.798,42 | 8.824,02 | 9.984,50 | 11.297,60 | 12.783,39 |
| 09 | 56 | 3.587,62 | 4.059,45 | 4.593,32 | 5.197,41 | 5.880,94 | 6.654,36 | 7.529,50 | 8.519,74 | 9.640,20 | 10.908,03 | 12.342,58 |
| 10 | 52 | 3.331,36 | 3.769,49 | 4.265,23 | 4.826,16 | 5.460,87 | 6.179,05 | 6.991,68 | 7.911,19 | 8.951,62 | 10.128,88 | 11.460,97 |
| 11 | 46 | 2.946,97 | 3.334,54 | 3.773,08 | 4.269,30 | 4.830,77 | 5.466,08 | 6.184,95 | 6.998,36 | 7.918,74 | 8.960,16 | 10.138,55 |
| 12 | 40 | 2.562,58 | 2.899,60 | 3.280,94 | 3.712,43 | 4.200,67 | 4.753,12 | 5.378,22 | 6.085,53 | 6.885,86 | 7.791,45 | 8.816,13 |

JUSTIFICATIVA:

Os artigos 127, § 2º da Constituição Federal e 114, § 2º da Constituição Estadual, asseguram ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira, bem como a legitimidade de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, e ainda a fixação de seus respectivos vencimentos.

Assim, e porque a Procuradoria-Geral de Justiça encontra-se com o seu quadro de apoio administrativo - os seus serviços auxiliares - já não compatível com a di-

mensão das atividades hoje conferidas pela Constituição ao Ministério Público é que se pretende, com o projeto de lei ora submetido a exame dessa Egrégia Casa Legislativa, um redimensionamento do mesmo.

Observe-se, no entanto, desde logo, que não se está a cuidar de ampliar, pela via de criação de cargos, o Quadro hoje existente. O que se está a pretender é tão somente uma reestruturação daqueles serviços auxiliares, adaptando-os à nova realidade na qual o Ministério Público se encontra, visando com isto conferir-lhe uma dinâmica compatível com o seu papel na no-

va ordem constitucional.

Assim é que, valendo-se esta Procuradoria dos cargos que compõem sua estrutura, e que estão sob a égide de diplomas legais distintos - o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis e a Consolidação das Leis do Trabalho - procura-se uma uniformização de suas denominações, bem como atribuir-lhes um regime remuneratório harmônico e compatível com os princípios insertos nos textos constitucionais.

E, neste passo, é de salientar não haver qualquer óbice legal a que a tanto se procede.

Poder-se-ia argumentar que o art. 39, da Constituição da República, ao estabelecer que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único para os seus servidores, estaria a vedar qualquer iniciativa tendente a alterar, mesmo que minimamente, a atual estrutura da administração pública no que concerne aos cargos que a compõem.

Isto, todavia, não sucedeu precisamente porque o legislador, ao editar aquele texto, expressamente remeteu a instituição do prefalado regime único à legislação ordinária, equivalente isto a dizer que a regra contida no artigo sob enfoque não é auto-aplicável. Depende de regulamentação.

Conseqüência disto que se afirma, é que a Administração Pública, na matéria em exame, deve valer-se dos dispositivos, não derogados, pelo que já se mostrou, que ainda hoje regem a vida funcional de seus integrantes. Destarte, aos funcionários públicos efetivos ou comissionados, aplica-se o estatuto dos funcionários públicos civis e, aos servidores públicos, a Consolidação das Leis do Trabalho.

No que concerne a esta Procuradoria-Geral de Justiça, os cargos de que aqui se trata, em número de 114, foram criados através da Resolução N° 824/84, do Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP - órgão que, à época, estava investido de tal prerrogativa.

Ainda, são eles também regidos pelas Leis n. 7435, de 29 de dezembro de 1980 e 7879, de 10 de julho de 1984.

É precisamente a classificação dos mesmos, inserta nos textos legais indicados, que se objetiva alterar, alteração que se cingirá aos cargos comissionados e celetistas, excluídos os de provimento efetivo (cf. anexos III e IV, que integrarão o texto legal a ser editado).

A par disto, objetiva-se também regradar o regimento remuneratório ora em vigor, aplicável, neste caso, às três categorias, indistintamente.

Nesta quadra, é de se invocar a peculiar posição que ao Ministério Público foi reservada pelo ordenamento Constitucional

relativamente aos demais Poderes do Estado.

Como preleciona José Joaquim Gomes Canotilho, professor de Direito da Universidade de Coimbra,

"fazendo parte da "ordem judiciária", mas com funções distintas das dos órgãos jurisdicionais existe o Ministério Público (cfr. art. 224° e segs.). Tradicionalmente o Ministério Público era considerado como o "Órgão de ligação" do poder político à administração da justiça. No figurino constitucional o Ministério Público é "jurisdicionalizado" e assimilado aos juizes (cfr. art. 225°/1, onde se designam os agentes do MP como magistrados)", a eles competindo importantes funções sobretudo no exercício da acção penal (cfr. art. 224°) e na defesa da legalidade democrática (cfr., por ex., art. 280°/5 referente "à obrigatoriedade do recurso pelo MP no controle da constitucionalidade das leis). O Ministério Público não está hoje, como no regime de 1933, sob a direcção do Ministro da Justiça (cfr. art. 224° e segs.)" (in Direito Constitucional, Livraria Almeida, Coimbra, 1983, 3. ed., pág. 579)

Estas colocações do jurista luso, ainda que permeadas de tênues nuances, têm inteira pertinência na realidade brasileira, vez que há inúmeros traços de semelhança entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura (cf., aliás, o diz expressamente Cretella Júnior).

E, se assim é por imposição lógica "símiles" são também os respectivos serviços de apoio administrativo, porque análogas as funções por eles desenvolvidas.

Do que precede, e com fulcro no preceito constitucional do art. 39, § 1°, que estabelece a isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, impende concluir que a remuneração dos que integram àqueles serviços, seja no âmbito de Procuradoria-Geral que do Poder Judiciário, deve ser equivalente.

Esta a razão pela qual se adotou como parâmetro para fixar os vencimentos aqui propostos àqueles atribuídos aos servidores do prefalado Poder.

Anota-se que, além da regra constitucional retro indicada, também deve ser levada em linha de conta a disposição constante do art. 120, da Lei n° 5.849, de 25 de setembro de 1968 (o Estatuto do Ministério Público do Paraná), que determina:

"Os funcionários da Secretaria (Procuradoria-Geral da Justiça) serão organizados em quadro próprio e terão as prerrogativas e vedações dos funcionários do Poder Judiciário que exerceram funções aná-

logas".

Vale dizer, tanto à luz do ordenamento constitucional quanto da normação ordinária, ineludivelmente a pretendida equiparação remuneratória encontra o seu amparo.

E de outro vértice, sobre ser apenas legal, é medida de lúdima justiça.

Com efeito.

Em média, os servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, já computadas todas as vantagens, percebem remuneração de NCz\$ 3.691,56 (três mil, seiscentos e noventa e um cruzados novos e cinquenta e seis centavos), sensivelmente inferior àquela percebida pelos servidores do Poder Judiciário. E - particularidade a ser ressaltada - representa apenas 0,005% da folha global do Ministério Público.

Este percentual, com a implantação das alterações aqui enfocadas, passará a representar 0,008% aquela folha, continuando a ser, como se denota, de escasso significado em relação a mesma.

No tocante aos custos propriamente ditos, estão eles orçados em NCz\$ 921.035,29 (novecentos e vinte e um mil e trinta e cinco cruzados novos e vinte e nove centavos), implicando em um acréscimo de NCz\$ 334.546,71 (trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis cruzados novos e setenta e um centavos) frente aos valores atuais.

Por fim, com a reestruturação em tela, serão colocados à disposição das respectivas Pastas, 04 (quatro) cargos de Chefes de Grupos, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos de Assistentes Técnicos, símbolo 2-C, criados pela Lei n° 7.879, de 10 de julho de 1984, bem como os cargos de provimento em comissão cedidos pela Casa Civil.

Estas as razões que embasaram o projeto que ora se submete à apreciação dessa Casa de Leis.

Com a palavra o Deputado Renato Adur, relator.

O SR. RENATO ADUR - (Lê Parecer ao Projeto de Lei n° 10/90)

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 010/90

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo do ofício da Procuradoria-Geral da Justiça, tem a finalidade de dispor sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado, órgão da administração superior do Ministério Público.

O Quadro de Pessoal deste órgão atualmente não é mais compatível com as dimensões das atividades hoje conferidas pela Magna Carta Estadual. E, através deste projeto de lei, pretende-se redimensioná-lo, conforme lhe dá competência os art. 127, § 2° da Constituição Federal e 114, §

2° da Constituição Estadual. O que se intenciona é tão somente uma reestruturação dos serviços auxiliares - e não ampliar, pela via de criação de cargos, o Quadro hoje existente -, adaptando-o à nova realidade que se encontra o Ministério Público, e com isso dar-lhe uma dinâmica compatível com o seu papel constitucional.

Assim sendo, analisando-se a matéria vê-se claramente que esta se encontra em conformidade com os preceitos constitucionais e demais normas legalmente vigentes.

Por estas razões, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 10/90.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parecer e projeto em discussão e votação.

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, consta da Ordem do Dia, além deste projeto, dois outros que não receberam os Pareceres das Comissões Técnicas, talvez tenha sido entendimento da Mesa, especialmente do Senhor Presidente, a inclusão desse projeto que se discute da Procuradoria-Geral do Estado, mais o projeto do Deputado Anibal e Hermas Brandão, com relação aos trabalhadores marítimos e pluviais do Estado, além da Mensagem n° 11/90 que trata da fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado, são três projetos que não passaram pelas Comissões Técnicas da Casa.

E aqui nesta oportunidade, quero formalizar um apelo ao Senhor Presidente, já que nós estamos em março e que as lideranças já devem estar ou deverão encaminhar à Mesa a indicação dos membros para comporem as respectivas Comissões Técnicas que desta Casa, esta Comissão Geral desta Assembléia apenas seja constituída em casos especiais, Senhor Presidente.

No caso em tela, da proposta da Procuradoria-Geral do Estado, que de rápida leitura cria apenas 4 ou 5 cargos em comissão, mas na verdade, é uma reestruturação do seu quadro, do seu funcionalismo.

Eu não sei se os valores colocados aqui, propostos pela Procuradoria, se são os mesmos valores do Executivo, do Legislativo, porque há Dispositivo Constitucional de que os Poderes devem ter, bem os funcionários dos Três Poderes, agora parece-me que temos quatro, devem ser relativos ultimamente, e, como não há pronunciamento nenhum de órgão técnico da

Assembléia com exceção, isto no parecer proferido há pouco pelo ilustre Deputado Relator, designado pela Mesa, e não há também do Executivo.

Quer dizer, Senhor Presidente, esta 1.ª Discussão, eu entendo que é de aspecto constitucional, mas deve esta Casa inclusive preocupar-se talvez até na formação da constituição de uma comissão especial, para acompanhar estes projetos que tratam da remuneração dos vencimentos dos funcionários públicos, porque nós reservamos agora da Procuradoria competente para encaminhar suas mensagens aqui, porque tem autonomia financeira, como o Tribunal de Contas da mesma forma, como é que a Assembléia, como, qual o órgão, organismo, a comissão que haverá de orientar os Senhores Deputados para terem conhecimento pleno do que estão votando.

Por isso, Senhor Presidente, sem entrar no mérito, e conhecendo pouco dos valores, porque sem dúvida alguma estes valores aqui são os vencimentos básicos, mas, não há nenhuma relação de comparação entre os outros Poderes é que eu voto favoravelmente agora, na 1.ª discussão, reservando-me evidentemente o voto das próximas duas últimas votações.

Mas, eu queria, no sentido de formalizar, e eu o faço a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que a Assembléia se capacite e, de forma tal a orientar os Senhores Parlamentares neste aspecto, muito importante: dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado Basílio Zanusso, que as comissões com o término do ano do período legislativo, estão extintas, mas, já mandou proceder estudo para a nova composição das comissões, tendo em vista a nova representação partidária, pois tudo está feito e a Mesa vai convocar os Senhores Líderes para que dêem a sua opinião a respeito da nova composição da Mesa, e vai encaminhar a Vossa Excelência já o trabalho elaborado, para que Vossa Excelência também dê a sua cooperação, nobre Deputado Basílio Zanusso.

Em votação. Aprovado o projeto.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 15/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e HERMAS BRANDÃO, que cria o Quadro Próprio dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais no Estado, conforme especifica.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Lê parecer sobre a Comissão Geral.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 015/90

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei visa criar o Quadro Próprio dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Estado.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, vê a mesma que a matéria apresentada encontra-se em conformidade com a Constituição Estadual, mais precisamente em seu artigo 53, que atribui a Assembléia Legislativa dispor sobre matéria de estruturação das Secretarias de Estado.

Além do que a situação dos trabalhadores em transportes marítimos e fluviais do Estado do Paraná vem se agravando pela razão de não haver a nível estadual critérios claros a respeito das funções exercidas pelos mesmos, bem como sua remuneração.

Assim sendo, nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer e o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam a ambos, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 52/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 11/90), que dá nova redação à Lei n° 7.047 de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Publ. no D.A. n° 02, de 20.02.90)

O SR. RAUL LOPES - (Lê Parecer sobre o Projeto de Lei n° 52/90)

PROJETO DE LEI N° 52/90

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 11/90, o presente projeto de lei visa dar nova redação aos dispositivos da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978 - Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado.

A matéria visa elevar de 17.492 para 19.367, o número de policiais militares, aumentando assim, o efetivo da Polícia Militar em nosso Estado. Conforme determinação legal o assunto foi preliminarmente apreciado pelo Ministério do Exército, tendo recebido manifestação favorável.

A necessidade proposta apresentada motivava-se principalmente em proporcionar à população maiores condições de segurança e

manutenção da ordem pública, dando ao Estado melhores condições de cumprir tais deveres constitucionais.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parecer em discussão. Em votação o parecer e o projeto. Ambos aprovados.

Sobre a mesa, requerimento de n° 177, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 163, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 180, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 170, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 179, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 203, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 134, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicitei a data de 18 de abril para a entrega desses títulos e esta data está vaga.

Gostaria que Vossa Excelência por uma deferência especial, submetesse à aprovação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é submeter à apreciação do Plenário. É uma decisão da Comissão da Mesa, mas se Vossa Excelência assegura que está livre a data, Vossa Excelência merece fé pública.

Está aprovada a data.

Requerimento de n° 130, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 196, de autoria do

Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 132, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 131, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 178, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 175, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 174, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 173, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 172, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 168 e 167, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 153, 150, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 186, 185, 184, 183, 182, 181, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 165, 166, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 151, 152, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 205, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 200, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 171, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 161, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli;

constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 201, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 176, de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 164, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 155, de autoria do Senhor Deputado Leonidas Chaves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 148, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Indefiro em razão da não apreciação do veto, até a presente data.

Requerimento de nº 204, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 97/89
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs - 403/89, 10/90, 15/90, 52/90 e do Projeto de Resolução nº 98/89
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs - 114/89, 68/90

Levanta-se a sessão.